

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 169/2021
Data: 27/10/2021**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|--|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP) | 4 |
| CÂMARA QUER PORTO-INDÚSTRIA EM SANTOS | 4 |
| REGRAS DA ANVISA PARA TEMPORADA DE CRUZEIROS DEVEM SAIR NESTA QUINTA-FEIRA | 5 |
| PORTO 360° DEBATE A INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA NO PORTO DE SANTOS..... | 5 |
| ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS | 6 |
| ANTAQ DISPONIBILIZA PAINEL PARA CONSULTA DE DADOS REFERENTES À FISCALIZAÇÃO | 6 |
| O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP | 6 |
| PORTO DE SANTOS: CONTÊINER E FERTILIZANTES CRESCEM A 2 DÍGITOS E DEMANDAM EXPANSÃO DE CAPACIDADE | 6 |
| AGROPECUÁRIA PODE CONTRIBUIR PARA ECONOMIA VERDE NO BRASIL, DIZ MINISTRA..... | 9 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF | 10 |
| GOVERNO FEDERAL ENTREGA REVITALIZAÇÃO EM TRECHO DA BR-463/MS..... | 10 |
| PRO TRILHOS ULTRAPASSA R\$ 100 BILHÕES DE INVESTIMENTOS PREVISTOS EM NOVAS FERROVIAS | 10 |
| ADESÃO AO MARCO LEGAL DAS FERROVIAS MOSTRA IMPORTÂNCIA DO REGIME DE AUTORIZAÇÃO, DIZ TARCÍSIO | 12 |
| ISTOÉ - DINHEIRO | 13 |
| MINISTÉRIO DA AGRICULTURA APRESENTARÁ NA COP-26 NOVOS MAPAS DE ESTOQUE DE CARBONO | 13 |
| LEILÃO DO 5G DEVE MOVIMENTAR R\$ 50 BILHÕES, ATUALIZA ANATEL..... | 13 |
| MINISTRO DA INFRAESTRUTURA DIZ QUE AUXÍLIO A CAMINHONEIROS PODE NÃO ACONTECER..... | 14 |
| PACHECO ELOGIA TEXTO E DIZ NÃO VER PEC DOS PRECATÓRIOS COMO ALGO ‘ELEITOREIRO’ | 15 |
| MONEYTIMES | 15 |
| LUCRO DA BUNGE CRESCE 149% NO 3º TRIMESTRE E ATINGE US\$ 653 MILHÕES..... | 15 |
| MINISTÉRIO DA AGRICULTURA APRESENTARÁ NA COP-26 NOVOS MAPAS DE ESTOQUE DE CARBONO | 17 |
| AGÊNCIA SENADO - DF | 17 |
| SENADORES CATARINENSES DEFENDEM MANUTENÇÃO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA NO PORTO DE ITAJAÍ | 17 |
| AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS | 20 |
| JADER BARBALHO PROPÕE PROIBIR USO DO PPI PELA PETROBRAS NO REAJUSTE DOS COMBUSTÍVEIS | 20 |
| ALEMANHA ANUNCIA € 34 MILHÕES PARA DESENVOLVER MERCADO DE HIDROGÊNIO VERDE NO BRASIL | 23 |
| MERCADO REGULADO DE CARBONO É ÚNICA FORMA EFETIVA DE FINANCIAR NOVOS PRODUTOS, DIZ ASSOCIAÇÃO | 24 |
| CONSÓRCIO EUROPEU QUER INVESTIR US\$ 2 BILHÕES NA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE NO CEARÁ..... | 26 |
| JORNAL O GLOBO – RJ | 27 |
| MINISTRO DO TRABALHO DEFENDE PRORROGAÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO | 27 |
| CÂMARA APROVA CRIAÇÃO DO VALE-GÁS PARA FAMÍLIAS MAIS POBRES..... | 28 |
| LEILÃO DO 5G: 15 EMPRESAS APRESENTAM PROPOSTA, DIZ ANATEL..... | 29 |
| GUEDES CONSIDERA 'BURRICE' PASTA DE MARCOS PONTES NÃO USAR RECURSO DE FUNDO DE PESQUISA..... | 31 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP | 32 |
| DISPUTA DE TRECHOS VIRA BATALHA JUDICIAL ENTRE RUMO E VLI | 32 |
| LEILÃO DO 5G ATRAI 15 INTERESSADOS E PODE SER VETOR PARA AMPLIAR CONCORRÊNCIA | 33 |
| R\$ 83,7 BI PARA FERROVIAS ESTÃO SOB AMEAÇA | 34 |
| VALOR ECONÔMICO (SP) | 35 |
| LEILÕES DE INFRAESTRUTURA ATRAEM PESOS-PESADOS | 35 |
| MAIOR EMPRESA DE FRETE MARÍTIMO DA CHINA, COSCO AMPLIA PARA 67% SUA FATIA NO PORTO DE PIREU | 37 |
| TRANSYDROGEN ALLIANCE ASSINA MEMORANDO COM GOVERNO DO CEARÁ PARA PRODUZIR HIDROGÊNIO VERDE..... | 38 |
| KEPLER WEBER: LUCRO LÍQUIDO CRESCEU 78,7% NO TERCEIRO TRIMESTRE..... | 38 |
| CONSULTA PARA PRIVATIZAR PORTO DE SANTOSSAI NESTE ANO, REAFIRMA TARCÍSIO..... | 39 |
| AMÉRICA DO NORTE DEVE CONTINUAR A PUXAR RESULTADOS DA MARFRIG, MAS CENÁRIO MELHORA NA AMÉRICA DO SUL | 40 |
| ARMAZENAMENTO ATRAI FABRICANTES DE EQUIPAMENTOS | 42 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS | 43 |
| PILONI ACREDITA QUE DESESTATIZAÇÃO DE SANTOS SERÁ CONCLUÍDA EM 2022..... | 43 |
| IMO REÚNE PROPOSTAS DE MÉDIO PRAZO PARA REDUÇÃO DE GEE..... | 44 |
| MINFRA REALIZA NOVE LEILÕES PORTUARIOS A PARTIR DE SEXTA-FEIRA..... | 44 |



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 169/2021
Página 3 de 53
Data: 27/10/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

| | |
|---|-----------|
| MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES POR EBNs CRESCE 21,5% NO 3T2021 | 45 |
| CONTÊINER E FERTILIZANTES DEMANDAM EXPANSÃO NO PORTO DE SANTOS..... | 46 |
| EMPRESAS DO SETOR DE ÓLEO E GÁS SE UNEM PELA EQUIDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE OFFSHORE..... | 48 |
| PLS AMEAÇAM INCENTIVOS FISCAIS PARA NAVEGAÇÃO E CONSTRUÇÃO NAVAL | 50 |
| WÄRTSILÄ SE COMPROMETE COM A NEUTRALIDADE DE CARBONO ATÉ 2030..... | 51 |
| FERNANDO SALEK, DA WILSON SONS: NOVAS POSSIBILIDADES SE ABREM | 51 |
| MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA | 53 |
| MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS | 53 |



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CÂMARA QUER PORTO-INDÚSTRIA EM SANTOS

Projeto foi debatido em audiência pública nesta terça (26), reunindo empresários, Prefeitura e vereadores

Por: Fernanda Balbino



Operação de contêineres no Porto de Santos: atividades industriais podem impulsionar atividades do cais Foto: Carlos Nogueira/AT

Com a previsão de que as discussões sobre a atualização da Lei de Uso e Ocupação do Solo sejam realizadas ainda neste ano, a Câmara de Santos debateu, ontem, a implantação do projeto Porto-Indústria na Área Continental de Santos. O foco é atrair

empresas para aquela região e, assim, gerar emprego e renda a partir de atividades relacionadas às operações portuárias.

A audiência pública contou com a presença dos vereadores Adilson Junior e Francisco Nogueira, além do técnico da Secretaria de Assuntos Portuários e Desenvolvimento da Região Central o engenheiro Adilson Gonçalves, do diretor executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo e Oliveira, e do presidente do conselho de administração da entidade, Bayard Umbuzeiro.

“Não pode deixar de estar na pauta da retomada econômica de Santos e região a questão portuária. E há uma certa divergência do que tem proposto na nossa legislação urbanística. O conceito porto-indústria é muito bem explorado em outras cidades, mas na nossa região não”, afirmou o vereador Adilson Junior.

De acordo com o diretor-executivo da Abtra, uma das alternativas estudadas pela entidade é o aproveitamento de uma área já existente como recinto alfandegado, para que uma indústria pequena ou média, que não quer montar a sua planta industrial própria, contrate o recinto para desenvolver a atividade industrial se valendo de regulamentos e benefícios do modelo aduaneiro.

“Alguns portos já nasceram com esse conceito. Por exemplo, o Porto do Açúcar (RJ) não tem acessos terrestres para a entrada e a saída do País. A atividade portuária vai ser decorrente das plantas industriais que vão ter ali, fazendo equipamentos para o setor de óleo e gás e exportando naquele complexo”, explicou Caputo.

Segundo o executivo, são vários os exemplos de atividades que podem ser realizadas. E, apesar do termo Porto Indústria, muitas delas não causam o impacto ambiental que se imagina.

Caputo cita o caso de uma marca de tênis que importa os pares em contêineres separados. Os pés direitos em um cofre e os esquerdos em outro. O simples fato de juntar os calçados e colocá-los em uma caixa é considerado uma atividade industrial. Outro exemplo é a colocação de adesivos em português para traduzir rótulos escritos em outros idiomas. “Uma atividade que parece simples, mas agrega valor e gera riqueza à região”.

O técnico da Seport concorda que nem toda indústria é de transformação. E destaca que também é possível executar atividades relacionadas à tecnologia em Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). “Na Área Continental de Santos, nós temos mais ou menos 2 mil hectares

entre zonas de expansão urbana e zonas portuárias e retroportuárias, que são áreas previstas na legislação para a implantação desse tipo de atividade. A proposta da Abtra, de certa forma, já é um embrião de uma ZPE, na medida em que são áreas alfandegadas, que permitem que os produtos fiquem armazenados e possam ser processados”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/10/2021

REGRAS DA ANVISA PARA TEMPORADA DE CRUZEIROS DEVEM SAIR NESTA QUINTA-FEIRA

No Porto de Santos, até abril do ano que vem, um total de seis navios de cruzeiros farão escalas, segundo o Concais

Por: Redação



No Porto de Santos, até abril do ano que vem, um total de seis navios de cruzeiros farão escalas

Foto: Matheus Tagé/AT

As regras que serão adotadas na temporada de cruzeiros, que começa no próximo dia 5, devem ser divulgadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nesta quinta-feira (28). A expectativa é grande, pois as armadoras terão pouco

tempo para as adequações até os embarques dos primeiros passageiros.

No início do mês, uma portaria assinada pelos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Anderson Torres (Justiça e Segurança Pública) e Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), além do ministro substituto da Saúde, Rodrigo Otávio da Cruz, autorizou a retomada dos cruzeiros. A norma prevê que caberá à Anvisa definir os requisitos gerais para a realização das viagens. Antes disso, porém, a autoridade sanitária recomendava a realização da temporada.

O sinal verde para as viagens está condicionado à edição, por parte do Ministério da Saúde, de normativas que definam situações que poderão ser consideradas surtos de covid-19 em embarcações e “as condições para o cumprimento de quarentena de passageiros e de embarcações”.

No Porto de Santos, até abril do ano que vem, um total de seis navios de cruzeiros farão escalas, segundo o Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais. São esperados 237 mil passageiros, o que deve movimentar mais de R\$ 132 milhões na economia da região.

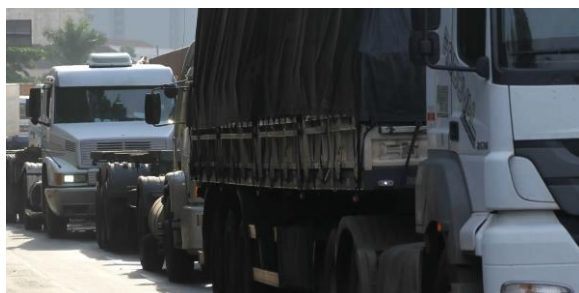
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/10/2021

PORTO 360° DEBATE A INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA NO PORTO DE SANTOS

Programa tem participação do especialista em regulação de serviços públicos de infraestrutura Adalberto Vasconcelos

Por: Redação



Caminhões no Porto de Santos: integração tem crescido no setor Foto: Matheus Tagé/AT

A cada vez maior integração logística na movimentação de cargas, inclusive no Porto de Santos, é o tema do programa Porto 360° desta quarta-feira (27), que terá a participação do especialista em regulação de serviços públicos de



infraestrutura Adalberto Vasconcelos.

O Porto 360° é transmitido nas redes sociais do Grupo Tribuna (no Facebook e no Youtube) às 19h45, com apresentação de Maxwell Rodrigues

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/10/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DISPONIBILIZA PAINEL PARA CONSULTA DE DADOS REFERENTES À FISCALIZAÇÃO

Sistema permite acesso às informações de maneira dinâmica e interativa

A Superintendência de Fiscalização (SFC) da ANTAQ desenvolveu um painel para consulta dinâmica e interativa das informações relativas aos dados públicos de fiscalizações e processos sancionadores transitados em julgado. A Agência disponibilizou o sistema nesta quarta-feira (27) em seu portal.

Para acessar a base de dados, digite gov.br/antaq, procure “Central de Conteúdos”, clique no box “Painéis” e, em seguida, em “Painel da Fiscalização”. Ou clique no link: <https://bit.ly/PainelFiscalizacaoANTAQ>.

Vale ressaltar que também foi ampliada a base de dados dos processos sancionadores transitados em julgado, de sete para 30 campos, passando a mostrar informações como a descrição do fato infracional e as datas de julgamento original e recursal do auto de infração.

“A ANTAQ está dando maior transparência à sua fiscalização responsiva, visto que essa estratégia se baseia no histórico comportamental dos agentes fiscalizados para que as ações fiscalizatórias sejam proporcionais à conduta histórica identificada”, afirma a superintendente de Fiscalização da Agência, Gabriela Costa.

Dados Abertos

É importante lembrar que as informações fiscalizatórias da ANTAQ já eram publicadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no site da Agência, atendendo à diretriz do Governo Federal, como determina o Decreto nº 8.777, de 2016.

*Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ*

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 27/10/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PORTO DE SANTOS: CONTÊINER E FERTILIZANTES CRESCEM A 2 DÍGITOS E DEMANDAM EXPANSÃO DE capacidade

Informação: Santos Port Authority (27 de outubro de 2021)

O crescimento na movimentação de contêineres no Porto de Santos continua se mantendo a dois dígitos, acumulando até setembro 3,6 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20

pés), 19,6% acima do apurado nesse período em 2020 (3,0 milhões de TEU) e caracterizando-se como a melhor marca já registrada no período.

Esse desempenho ocorre mesmo diante da falta de contêineres que afeta o mercado internacional, provocada pela forte demanda que está sendo registrada nos principais portos exportadores dos Estados Unidos, Ásia e Europa.



Foto: SPA

Os fertilizantes também se destacaram, atingindo um crescimento de 28,6% no acumulado do ano (5,8 milhões de toneladas). No mês de setembro o avanço foi de 77,1% (871.104 toneladas) ante setembro de 2020.

O diretor-presidente da Santos Port Authority (SPA), Fernando Biral, ressalta a importância da implantação, na região de Outeirinhos, do novo terminal STS 53, que será dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais – especialmente fertilizantes e sulfatos -, e de uma pera ferroviária que viabilizará o transporte dessa carga de retorno pelo modal ferroviário para fazer frente à trajetória de crescimento apresentada.

Biral comenta, ainda, que, em linha com a alta na movimentação de contêineres, “a SPA e o Ministério da Infraestrutura preparam o que será o maior leilão de todos já realizados no Porto de Santos, o STS 10, no Saboó, que envolverá investimentos preliminares estimados em R\$ 2,2 bilhões e capacidade para 2,5 milhões de TEU”.

O diretor de Operações da SPA, Marcelo Ribeiro, explica que para agilizar as operações portuárias, face aos sucessivos recordes de movimentação obtidos nos últimos dois anos e as projeções de crescimento até 2040, “a Autoridade Portuária tem focado suas ações não só na implantação de novas infraestruturas, mas, também, na implementação de inovações tecnológicas, em busca de soluções compartilhadas para as atividades operacionais no Porto de Santos”.

Entre elas, Ribeiro destaca a implementação de norma estabelecendo diretrizes para parcerias com a comunidade portuária e agentes públicos e privados da região. “E não parou por aí. Demos os primeiros passos para implantação de rede sem fio de longo alcance (Internet das Coisas) no Porto de Santos, estratégica para otimizar a logística portuária, e a mudança de plataforma para agendamento da chegada de caminhões ao Porto, a qual conta com novas funcionalidades que melhoram o processo”, diz o diretor.

A movimentação acumulada de cargas no ano até setembro atingiu 112,8 milhões de toneladas, ficando 2,5% acima do mesmo período do ano passado. As descargas somaram 32,7 milhões de toneladas, crescimento de 14,6%, e os embarques, 80,1 milhões de toneladas, redução de 1,8%.

Além da carga containerizada e dos fertilizantes, tiveram destaque o complexo soja, com aumento de 3,1%, totalizando 27,3 milhões de toneladas; a soja em grão, com 22,0 milhões de toneladas, crescimento de 4,1%; o óleo combustível, com 28,7% e 2,0 milhões de toneladas; o óleo diesel e gasóleo, com 35% e 1,4 milhão de toneladas; e os sucos cítricos, com 15,8% e 1,8 milhão de toneladas.

Os granéis líquidos tiveram um crescimento de 0,9% sobre o acumulado nos nove primeiros meses de 2020, totalizando 13,8 milhões de toneladas, a melhor marca para esse período. Já os granéis sólidos apresentaram a segunda melhor marca para o período, apesar da queda de 5,5%, totalizando 55,7 milhões de toneladas.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 169/2021
 Página 8 de 53
 Data: 27/10/2021
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

O fluxo de navios reduziu em 1,6%, caracterizando a chegada a Santos de navios de maior porte com volumes maiores de carga.

Mês de Setembro – O mês apresentou redução de 2,6% na movimentação, para 11,9 milhões de toneladas. O destaque ficou para as cargas de importação, que tiveram um crescimento de 32,4%, somando 4,0 milhões de toneladas. Já as cargas de exportação apresentaram queda de 14,2%, totalizando 7,9 milhões, decorrente, principalmente, da diminuição dos embarques de açúcar.

RESUMO DAS MOVIMENTAÇÕES DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS COMPARATIVOS MENSAL E ACUMULADO

| DESCRIÇÃO | SETEMBRO | | | ATE SETEMBRO | | |
|---|-------------------|-------------------|---------------|--------------------|--------------------|--------------|
| | 2020 | 2021 | VAR % | 2020 | 2021 | VAR % |
| EMBARQUES | 9.149.740 | 7.851.601 | (14,2) | 81.578.073 | 80.112.122 | (1,8) |
| DESEMBARQUES | 3.021.622 | 3.999.698 | 32,4 | 28.563.732 | 32.737.529 | 14,6 |
| Total | 12.171.362 | 11.851.299 | (2,6) | 110.141.805 | 112.849.651 | 2,5 |
| PRINCIPAIS PRODUTOS | | | | | | |
| EMBARQUES | | | | | | |
| Açúcar | 2.682.156 | 2.176.773 | (18,8) | 17.157.852 | 16.054.204 | (6,4) |
| - Em sacos | 0 | 0 | - | 0 | 137.353 | - |
| - Em contêineres | 300.404 | 142.765 | (52,5) | 2.415.630 | 1.669.767 | (30,9) |
| - Granel sólido | 2.381.752 | 2.034.008 | (14,6) | 14.742.222 | 14.247.084 | (3,4) |
| Alcool | 100.221 | 76.335 | (23,8) | 684.547 | 562.188 | (17,9) |
| Café em grãos | 229.498 | 168.066 | (26,8) | 1.701.439 | 1.665.621 | (2,1) |
| Carnes | 135.977 | 170.554 | 25,4 | 1.262.087 | 1.341.345 | 6,3 |
| - Bovina | 101.310 | 130.561 | 28,9 | 877.376 | 958.288 | 9,2 |
| - De Aves | 33.982 | 38.709 | 13,9 | 372.494 | 369.051 | (0,9) |
| - Outras | 685 | 1.284 | 87,4 | 12.218 | 14.006 | 14,6 |
| Celulose (solta e conteneurizada) | 437.726 | 363.288 | (17,0) | 4.109.593 | 3.736.316 | (9,1) |
| Complexo soja | 619.828 | 855.649 | 38,0 | 26.517.946 | 27.347.581 | 3,1 |
| - Em grãos a granel | 72.260 | 306.449 | 324,1 | 21.098.627 | 21.954.566 | 4,1 |
| - Em grãos em contêineres | 16 | 8.863 | 55.293,8 | 3.106 | 24.949 | 703,3 |
| - Farelo a granel | 533.897 | 515.125 | (3,5) | 5.213.783 | 5.195.863 | (0,3) |
| - Farelo em contêineres | 13.655 | 25.212 | 84,6 | 202.431 | 172.203 | (14,9) |
| Gasolina | 103.543 | 76.317 | (26,3) | 1.011.933 | 995.717 | (1,6) |
| Milho | 2.337.347 | 1.153.816 | (50,6) | 8.940.631 | 4.764.435 | (46,7) |
| - Em contêineres | | 1.718 | (18,8) | 18.126 | 19.338 | 6,7 |
| - Granel sólido | 2.335.232 | 1.152.098 | (50,7) | 8.922.505 | 4.745.097 | (46,8) |
| Óleo combustível | 165.003 | 249.257 | 51,1 | 1.584.679 | 2.038.763 | 28,7 |
| Óleo diesel e gasóleo | 185.515 | 157.024 | (15,4) | 1.054.312 | 1.423.689 | 35,0 |
| Sucos cítricos | 249.339 | 174.230 | (30,1) | 1.526.168 | 1.767.162 | 15,8 |
| - Em contêineres | 24.075 | 26.927 | 11,8 | 196.146 | 210.321 | 7,2 |
| - Granel líquido | 225.264 | 147.303 | (34,6) | 1.330.022 | 1.556.841 | 17,1 |
| Sub-Total Embarques | 7.246.163 | 5.621.309 | (22,4) | 65.551.188 | 61.697.019 | (5,9) |
| Outros | 1.903.587 | 2.230.292 | 17,2 | 16.026.885 | 18.415.103 | 14,9 |
| Total Embarques | 9.149.740 | 7.851.601 | (14,2) | 81.578.073 | 80.112.122 | (1,8) |
| DESEMBARQUES | | | | | | |
| Adubo | 491.970 | 871.104 | 77,1 | 4.473.607 | 5.753.811 | 28,6 |
| Alcool | 303 | 0 | (100,0) | 51.609 | 6.432 | (87,5) |
| Amonia | 33.405 | 36.070 | 8,0 | 301.953 | 284.458 | (5,8) |
| Carvão | 0 | 0 | - | 0 | 0 | - |
| Enxofre | 176.281 | 116.540 | (33,9) | 1.598.699 | 1.286.399 | (19,5) |
| Fosfato de cálcio | 30.399 | 34.910 | 14,8 | 380.950 | 212.355 | (44,3) |
| GLP | 28.738 | 20.959 | (27,1) | 398.545 | 434.390 | 9,0 |
| Metanol | 15.634 | 27.461 | 75,6 | 111.631 | 171.909 | 54,0 |
| Minério de ferro, a granel | 0 | 0 | - | 0 | 0 | - |
| Nafta | 0 | 0 | - | 14.784 | 0 | (100,0) |
| Óleo diesel e gasóleo | 238.277 | 249.268 | 4,6 | 2.261.433 | 1.661.683 | (26,5) |
| Sal | 33.657 | 116.302 | 245,6 | 753.364 | 727.439 | (3,4) |
| Soda caustica | 73.729 | 116.197 | 57,6 | 681.532 | 790.491 | 16,0 |
| Sulfato dissódico | 49.420 | 60.927 | 23,3 | 477.522 | 415.014 | (13,1) |
| Trigo (grãos e farelo) | 31.102 | 131.304 | 322,2 | 891.581 | 982.061 | 10,1 |
| Sub-Total Desembarques | 1.202.915 | 1.781.042 | 48,1 | 12.397.210 | 12.726.442 | 2,7 |
| Outros | 1.818.707 | 2.218.656 | 22,0 | 16.166.522 | 20.011.087 | 23,8 |
| Total Desembarques | 3.021.622 | 3.999.698 | 32,4 | 28.563.732 | 32.737.529 | 14,6 |
| Total Geral | 12.171.362 | 11.851.299 | (2,6) | 110.141.805 | 112.849.651 | 2,5 |
| CONTÊINERES (EMBARQUES E DESEMBARQUES) | | | | | | |
| Unidades | 219.736 | 240.479 | 9,4 | 1.903.503 | 2.191.248 | 15,1 |
| TEU | 344.427 | 403.064 | 17,0 | 3.011.362 | 3.602.740 | 19,6 |
| Tonelagem | 3.943.994 | 4.323.480 | 9,6 | 33.449.336 | 38.418.230 | 14,9 |
| FLUXO DE NAVIOS | | | | | | |
| Atracados | 389 | 394 | 1,3 | 3.694 | 3.636 | (1,6) |

Obs.: Não obstante a movimentação de algumas cargas ocorrer principalmente no embarque, também podem ser desembarcadas e vice-versa. Para efeito de classificação (emb./desemb.) e lançamento neste quadro, foi considerada somente a tonelagem de maior incidência, bem como a natureza de carga de maior incidência (exceto quando especificado).

A carga conteneurizada teve um bom desempenho também na movimentação mensal, crescendo 17% e somando 403,1 mil TEU.

Transações Comerciais – O Porto manteve a fatia nas transações comerciais, respondendo por 27,2% das trocas com o exterior em setembro, ligeiro acréscimo sobre o apurado em agosto (27,1%). Cerca de 26% dessas transações tiveram a China como destino. O Estado de São Paulo

mantém uma participação de 56,5% nas transações comerciais com o exterior, por meio do Porto de Santos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 27/10/2021

AGROPECUÁRIA PODE CONTRIBUIR PARA ECONOMIA VERDE NO BRASIL, DIZ MINISTRA

Informação: Informativo dos Portos (27 de outubro de 2021)



Foto: Divulgação / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A ministra Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) participou nesta segunda-feira (25) do lançamento do Programa Nacional de Crescimento Verde, coordenado pelos ministérios do Meio Ambiente e da Economia. No evento, a ministra destacou as ações realizadas pelo Mapa para que o agronegócio seja protagonista do desenvolvimento

de uma economia verde no Brasil.

O Plano Setorial de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, chamado de ABC+, foi apresentado pela ministra como uma das mais ambiciosas políticas públicas agropecuárias no mundo. Até 2030, a meta do Plano é reduzir a emissão de carbono equivalente em 1,1 bilhão de toneladas no setor agropecuário com a adoção de tecnologias de produção sustentável.

Ela também destacou a criação da Cédula de Produtor Rural Verde, a CPR Verde, que irá incentivar o produtor rural a produzir preservando e recebendo pagamento por serviços ambientais. “Por meio de iniciativas sustentáveis, o Brasil continuará a fortalecer a agropecuária, um dos setores mais vulneráveis à mudança do clima”, destacou Tereza Cristina.

Outras diretrizes nas quais o Mapa atua também foram lembradas pela ministra, como a integração entre a conservação do meio ambiente com a produção agropecuária, a regularização fundiária, a promoção da regularização ambiental das propriedades rurais, com a implementação do Código Florestal Brasileiro. “A agricultura brasileira é descarbonizante, e a neutralidade de carbono caminhará a passos largos”.

Objetivos

O Programa Nacional de Crescimento Verde tem como principais objetivos aliar redução das emissões de carbono, conservação de florestas e uso racional de recursos naturais com geração de emprego verde e crescimento econômico, melhorando assim a condição de vida da população brasileira. O Programa será guiado por incentivos econômicos, transformação institucional e critérios de priorização de políticas públicas e projetos e ações do setor privado.

Os incentivos econômicos terão como foco a promoção do desenvolvimento de instrumentos de mercado. No âmbito da transformação institucional, o propósito é fazer com que ações do governo federal potencializem projetos verdes. Já os critérios de priorização visam dar destaque às iniciativas verdes.

Atualmente, o governo federal conta com linhas de crédito que, somadas, chegam a R\$ 400 bilhões e contemplam projetos verdes em áreas como: conservação e restauração florestal, saneamento, gestão de resíduos, ecoturismo, agricultura de baixa emissão, energia renovável, mobilidade urbana, transporte e logística, tecnologia da informação e comunicação e infraestrutura verde. Esses recursos impulsionarão a economia, gerando empregos e contribuindo para a consolidação do Brasil como a maior economia verde do mundo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 27/10/2021



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

GOVERNO FEDERAL ENTREGA REVITALIZAÇÃO EM TRECHO DA BR-463/MS

Empreendimento fomentará o turismo e a economia no estado do Mato Grosso do Sul



Rodovia é importante rota do turismo no estado - Foto: DNIT

ABR-463/MS, importante rota de turismo do Mato Grosso do Sul, teve 22,5 quilômetros restaurados e entregues nesta quarta-feira (27). As obras foram realizadas pelo Ministério da Infraestrutura, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e o investimento total do Governo Federal no empreendimento foi de R\$ 3,2

milhões.

O trecho, que vai do km 70,50 ao km 93 e está localizado entre os municípios de Dourados e Ponta Porã, passou por manutenção rodoviária, além de serviços de aplicação de micro revestimentos e execução de reparos ao longo da pista.

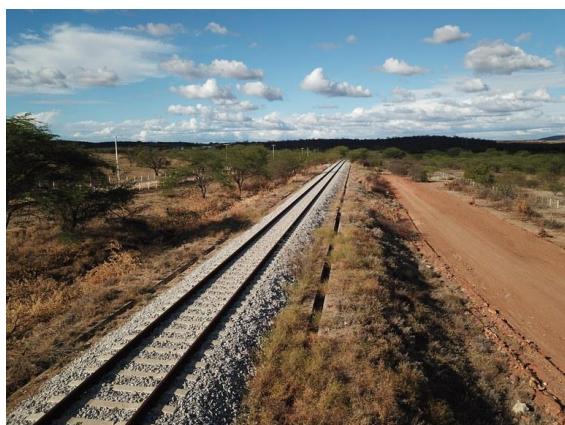
ROTA TURÍSTICA

A rodovia é importante rota do turismo no estado, porque segue até a divisa com o Paraguai, em Pedro Juan Cabalero, onde os turistas realizam compras no país vizinho.

Outro benefício da entrega é mais conforto aos usuários e redução do número de acidentes na região que é destaque no agronegócio, tanto no setor sucroalcooleiro quanto na produção de grãos.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 27/10/2021

PRO TRILHOS ULTRAPASSA R\$ 100 BILHÕES DE INVESTIMENTOS PREVISTOS EM NOVAS FERROVIAS



Até agora, Governo Federal recebeu 23 requerimentos de 12 entes privados interessados em construir e operar 7.501,79 quilômetros de estradas de ferro

Dois novos pedidos foram apresentados ao Governo Federal

Crédito: Vinícius Rosa/MInfra

O programa federal Pro Trilhos, que estimula a ampliação da malha ferroviária nacional pelo instrumento de outorga por autorização, alcançou uma cifra histórica nesta segunda-feira (25): R\$

100,03 bilhões de investimentos previstos. Com os dois novos requerimentos protocolados no

Ministério da Infraestrutura (MInfra), chega a 23 pedidos no total sendo analisados pela equipe da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT). Deste total, 19 já passam por análise de viabilidade locacional junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Os 23 requerimentos foram formulados por 12 investidores privados interessados em construir e operar segmentos ferroviários – e somam 7.501,79 quilômetros de novos trilhos, cruzando 14 unidades da Federação. As solicitações atendem demandas históricas do transporte ferroviário quanto à provisão de novas rotas e à inclusão de mais operadores na oferta ferroviária para escoamento de cargas minerais, agrícolas e por contêneires pelo país.

Atuante no setor de infraestrutura portuária, a Petrocity apresentou o terceiro requerimento ao Governo Federal para desenvolver uma estrada de ferro. Agora, para operar um segmento entre Campos Verdes (GO) e Unaí (MG), com 530 quilômetros de extensão e investimento previsto em R\$ 5,3 bilhões. A empresa também protocolou pedidos de São Mateus (ES) a Ipatinga (MG), com 410 quilômetros e R\$ 4,1 bilhões em investimentos, e de Brasília (DF) a Barra de São Francisco (ES), com 1.108 quilômetros de extensão e R\$ 14,22 bilhões em investimento previsto.

Já a Minerva Participações e Investimentos S.A. propôs ferrovia com 571,3 quilômetros de extensão, conectando os municípios de Açailândia (MA) a Barcarena (PA). Esse é o primeiro pedido formulado pela empresa, que pretende, com o ramal, criar uma nova alternativa de escoamento da Ferrovia Norte-Sul (FNS). O empreendimento deve exigir a aplicação de R\$ 5,71 bilhões.



Mapa com 23 autorizações ferroviárias

INTERMODALIDADE – As novas rotas em análise ampliam a capilaridade da malha ferroviária nacional, conectando-a a instalações portuárias: tanto novas, com acesso a Terminais de Uso Privado (TUPs) como os de Alcântara (MA), São Mateus (ES), Linhares (ES) e Presidente Kennedy (ES), quanto já consolidadas, caso dos portos de Santos (SP) e de Paranaguá (PR).

As solicitações também ampliam a infraestrutura ferroviária na fronteira agrícola vocacionada para o Arco Norte – como as linhas de Porto Franco a Balsas (MA) e de Água Boa a Lucas do Rio Verde (MT) –, e em áreas consolidadas com vocação para escoamento pelos portos de Vitória (ES), Santos e Paranaguá; linhas de Uberlândia ao distrito de Chaveslândia, em Santa Vitória (MG), e o novo corredor de Maracaju (MS) a Chapecó (SC), com hub em Cascavel (PR).



Dos 23 processos recebidos, 19 foram encaminhados à ANTT para as análises técnicas quanto à compatibilidade locacional dos projetos com o restante da malha ferroviária federal, implantada ou outorgada. Os demais ainda estão em fase de conferência da documentação recebida, o que é feito pela equipe da SNTT.

PERFIL – Dos 12 requeintes que se apresentaram como interessados na provisão privada de infraestrutura ferroviária, três já atuam no setor pelo regime de concessão – VLI, Rumo e Ferroeste. São estreates Petrocity, Grão Pará Multimodal, Planalto Piauí Participações, Fazenda Campo Grande, Macro Desenvolvimento Ltda, Bracell Celulose, Morro do Pilar Minerais S.A., Iron Brazil Railway e Minerva, que são originalmente vinculados a TUPs ou aos próprios originadores de carga.

O Marco Legal das Ferrovias, criado pela Medida Provisória 1.065/2021, também avança no Congresso Nacional, após a aprovação pelo Senado Federal do PLS 261/18. O texto agora será analisado pela Câmara dos Deputados. Caso aprovado sem mudanças pelos deputados, a tramitação se conclui e o projeto será sancionado pelo presidente da República, virando lei.

Confira a relação de todos os requerimentos apresentados até aqui:

- Petrocity: São Mateus/ES – Ipatinga/MG: 410 km de extensão
- VLI: Lucas do Rio Verde/MT – Água Boa/MT: 557 km de extensão
- VLI: Uberlândia/MG – Chaveslândia/MG: 235 km de extensão
- VLI: Porto Franco – Balsas/MA: 230 km de extensão
- VLI: Cubatão/SP-Santos/SP: 8 km de extensão
- Ferroeste: Maracaju/MS – Dourados/MS: 76 km de extensão
- Ferroeste: Guarapuava/PR - Paranaguá/PR: 405,2 km de extensão
- Ferroeste: Cascavel/PR – Foz do Iguaçu/PR: 166 km de extensão
- Ferroeste: Cascavel/PR a Chapecó /SC: 286 km de extensão
- Grão Pará: Alcântara/MA – Açailândia/MA: 520 km de extensão
- Planalto Piauí Participações: Suape/PE – Curral Novo/PI: 717 km de extensão
- Fazenda Campo Grande: Terminal Intermodal em Santo André/SP: 7 km de extensão
- Macro Desenvolvimento Ltda.: Presidente Kennedy/ES – Conceição do Mato Dentro/MG – Sete Lagoas/MG: 610 km de extensão
- Petrocity: Barra de São Francisco/ES – Brasília (DF): 1.108 km de extensão
- Rumo: Santos – Cubatão – Guarujá/SP – 37 km
- Rumo: Água Boa – Lucas do Rio Verde/MT: 508 km de extensão
- Rumo: Uberlândia/MG – Chaveslândia/MG: 276,5 km de extensão
- Bracell: Lençóis Paulistas (SP): 4,29 km de extensão
- Bracell: Lençóis Paulistas-Pederneiras (SP): 19,5 km de extensão
- Morro do Pilar Minerais S.A: Colatina – Linhares (ES): 100 km de extensão
- Brazil Iron Mineração Ltda: Abaíra – Brumado/BA – Fiol – FCA: 120 km de extensão
- Petrocity: Campos Verdes/GO – Unai/MG: 530 km de extensão
- Minerva: Açailândia/MA a Barcarena/PA: 571,3 km de extensão

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 27/10/2021

ADESÃO AO MARCO LEGAL DAS FERROVIAS MOSTRA IMPORTÂNCIA DO REGIME DE AUTORIZAÇÃO, DIZ TARCÍSIO

Na visão do ministro da Infraestrutura, modalidade será cada vez mais comum no desenvolvimento do Brasil

“As autorizações são cada vez mais frequentes e comuns. Demos um passo importante com a medida provisória que traz as autorizações para o setor ferroviário. Uma volta ao passado, olhando para o futuro. O grande desenvolvimento ferroviário no Brasil se deu no passado a partir



de ferrovias autorizadas. Nos Estados Unidos, todas as ferrovias são autorizadas”, afirmou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Ele participou nesta terça-feira (26) da abertura do ciclo de seminários “Infraestrutura como Pilar para a Promoção do Desenvolvimento Nacional”, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Ministério da Infraestrutura (MInfra). O programa federal Pro Trilhos já soma 21 pedidos para novas ferrovias, representando R\$ 83,7 bilhões em investimentos e mais de 5,6 mil quilômetros de novos trilhos a serem implantados pelo setor privado. “É uma evidência de que estamos indo no caminho certo”, afirmou o ministro.

Tarcísio Freitas usou os números do setor portuário para reforçar o impacto causado pelo regime de autorizações no incremento da infraestrutura de transportes. Desde 2019, o Governo Federal já realizou 38 arrendamentos portuários. No mesmo período, concebeu 99 autorizações para Terminais de Uso Privado (TUPs).

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 27/10/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA APRESENTARÁ NA COP-26 NOVOS MAPAS DE ESTOQUE DE CARBONO

O Ministério da Agricultura lançou nesta quarta-feira, 27, mapas de estoque de carbono orgânico dos solos brasileiros. A ferramenta será apresentada na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas deste ano (COP-26), que ocorre a partir de 31 de outubro.

Segundo a pasta, em nota, a ferramenta vai subsidiar políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas e à diminuição da emissão dos Gases de Efeito Estufa (GEEs).

Por meio desse trabalho, desenvolvido pela equipe de pesquisadores da Embrapa Solos, em parceria com a Embrapa Agricultura Digital, será possível identificar quais são as áreas potenciais no Brasil para a prática de economia verde, o que, de acordo com a pasta, vai afetar positivamente no cumprimento dos compromissos brasileiros para a mitigação das mudanças climáticas.

O ministério afirma que os mapas apresentam informações inéditas ao fornecerem um retrato detalhado do carbono orgânico estocado no solo brasileiro até a profundidade de 2 metros.

Dentre as variáveis utilizadas para geração dos mapas estão as de relevo, como índice de fundo de vale plano, elevação e índice de rugosidade do terreno, e também as de clima, como precipitação média anual, temperatura do quadrimestre mais frio e radiação solar.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 27/10/2021

LEILÃO DO 5G DEVE MOVIMENTAR R\$ 50 BILHÕES, ATUALIZA ANATEL

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) atualizou nesta quarta-feira, 27, os valores estimados com o leilão do 5G. Se todas as faixas forem arrematadas, o certame deverá movimentar R\$ 50 bilhões.

Desse total, R\$ 47 bilhões dizem respeito a compromissos a serem assumidos pelas vencedoras com implementação das redes e R\$ 3 bilhões em pagamento de outorgas que vão para os cofres públicos.

A previsão anterior era de até R\$ 10 bilhões em outorgas. Mas esse valor recuou porque ainda não estava inclusa a previsão de R\$ 7 bilhões de compromissos com a ativação de internet de alta velocidade nas escolas - contrapartida ligada à faixa de 26 Ghz e que foi definida só na reta final de modelagem do edital.

A Anatel celebrou a quantidade de propostas recebidas nesta quarta de proponentes para o leilão de 5G. Ao todo, a agência reguladora recebeu ofertas de 15 grupos - empresas ou consórcios.

Desse total, cinco empresas já oferecem o serviço de telefonia e dados móveis, enquanto as outras dez são novas entrantes, o que representa algo inédito em termos de competição em leilões já realizados pela agência reguladora.

"Esse número de ofertas cumpriu a expectativa otimista que tínhamos. Já imaginávamos um número parecido com esse, de 15 proponentes, pela maneira com que o edital foi modelado", afirmou o superintendente de Competição e presidente da Comissão Especial de Licitação, Abraão Balbino, em coletiva de imprensa. "O número de dez novos entrantes é algo inédito na história de leilões da Anatel. É a prova de que o modelo foi bem sucedido no quesito de competição e estímulo aos novos entrantes", acrescentou.

As cinco proponentes que já oferecem o serviço de internet e dados móveis são as teles nacionais Vivo, Claro e TIM e as regionais Algar e Sercomtel.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 27/10/2021

MINISTRO DA INFRAESTRUTURA DIZ QUE AUXÍLIO A CAMINHONEIROS PODE NÃO ACONTECER

Da redação



Caminhoneiros consideraram auxílio "humilhação"

O Ministro da infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas, afirmou nesta quarta-feira (27) que o "auxílio-diesel" de R\$ 400 aos caminhoneiros pode não acontecer devido a reação negativa da categoria.

"É um esforço fiscal que o governo estava disposto a fazer, mas como a reação não foi boa, eu não sei se o governo vai seguir em frente com o auxílio", disse Tarcísio em entrevista à Jovem Pan News.

A medida foi anunciada na live do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na última quinta-feira (21) e se dá em meio a mais uma alta no combustível no país. A proposta não agradou à Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transporte e Logística (CNTTL) que a considerou uma "humilhação".

Presidente da Confederação, Carlos Alberto Litti Dahmer criticou a "política equivocada de preços da Petrobras".

O ministro também afastou a possibilidade de uma greve dos caminhoneiros. "Não acredito num grande movimento, e acredito que a gente vai superar isso rapidamente", disse.

Wallace Landim, conhecido como Chorão, presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), confirmou que haverá uma paralisação no próximo dia 1º de



novembro se o governo não sinalizar com nenhuma mudança, mas que não vai haver fechamento de estradas.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 27/10/2021

PACHECO ELOGIA TEXTO E DIZ NÃO VER PEC DOS PRECATÓRIOS COMO ALGO 'ELEITOREIRO'

Com a PEC dos precatórios em pauta na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira, 27, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) declarou ser importante achar uma solução para o pagamento das dívidas da União, mas mantendo em vista o respeito ao teto de gastos. Pacheco elogiou o texto proposto pelo relator Hugo Motta (Republicanos-PB), que na sua avaliação, busca "compatibilizar a necessidade de pagar os precatórios com a observância do teto de gastos públicos", enquanto busca abrir espaço fiscal para viabilizar o Auxílio Brasil - "que todos nós concordamos que precisa existir". Declarou também não ver a PEC como algo "eleitoreiro".

Na defesa da construção de um programa de auxílio aos vulneráveis, Pacheco respondeu às críticas que o governo vem recebendo devido ao balé que a equipe econômica tem feito para viabilizar o benefício. De acordo com o parlamentar, "é importante não deixar contaminar o momento de agora por algo de cunho eleitoral".

Em entrevista coletiva, o parlamentar também voltou a falar da importância do diálogo entre os Poderes para dar uma solução à matéria. Pacheco declarou que as conversas entre Legislativo e Executivo vão continuar, e que o que é de 2022 - em referência às eleições - "é para 2022". "Para enfrentamento da inflação, câmbio, juros e pobreza, estamos no mesmo lado."

"Tão logo a Câmara dos Deputados aprecie e aprove essa proposta de emenda da Constituição, eu vou cuidar para que o Senado faça o mesmo, com o tempo necessário de reflexão, mas com a ligeireza necessária para poder se dar solução definitiva para esse problema", disse ele.

Aprovado na semana passada na comissão especial que analisou o tema, o relatório da PEC adia o pagamento de parte das dívidas judiciais do governo e altera a regra de correção do Teto de Gastos. Juntos, os dois dispositivos abrirão uma folga orçamentária para bancar um auxílio de R\$ 400 mensais para 17 milhões de famílias no próximo ano, quando o presidente Jair Bolsonaro buscará a reeleição.

A PEC vem sendo alvo de críticas por parte de alguns parlamentares, o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), afirmou recentemente ser contra "a todo tipo de estripulias na questão dos precatórios para furar o teto".

Como mostrou o Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), o valor exato dessa folga extra que o governo terá para gastar em 2022 ainda é uma incógnita. Simulações internas do governo apontam que haverá um espaço de R\$ 83,6 bilhões, mas, no mercado, as contas indicam um valor ainda maior, passando dos R\$ 90 bilhões.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 27/10/2021



MONEYTIMES

LUCRO DA BUNGE CRESCE 149% NO 3º TRIMESTRE E ATINGE US\$ 653 MILHÕES

O lucro antes de juros e impostos (Ebit) apresentou alta de 123% no intervalo avaliado, a US\$ 784 milhões, ante US\$ 351 milhões em igual período do ano anterior (Imagem: Bloomberg)

A norte-americana Bunge registrou lucro líquido de US\$ 653 milhões (US\$ 4,28 por ação) no terceiro trimestre de 2021, alta de 149% ante o resultado de US\$ 262 milhões (US\$ 1,84 por ação) do mesmo período de 2020.

Já o lucro líquido ajustado foi de US\$ 3,72 por ação, ante US\$ 2,47 por ação obtidos em igual intervalo do ano anterior. Analistas consultados pela FactSet previam um lucro ajustado menor, de US\$ 1,42 por ação.

O lucro antes de juros e impostos (Ebit) apresentou alta de 123% no intervalo avaliado, a US\$ 784 milhões, ante US\$ 351 milhões em igual período do ano anterior.

Já a receita aumentou 38,9% no comparativo anual, de US\$ 10,16 bilhões para US\$ 14,12 bilhões. Analistas esperavam US\$ 14,08 bilhões.

Segundo nota da companhia, o lucro e as vendas aumentaram no terceiro trimestre, puxados pelos resultados do agronegócio, que somaram US\$ 9,868 bilhões no período, aumento de 35% na comparação anual.

De acordo com a empresa, esse desempenho foi impulsionado por um ambiente de mercado melhor do que o esperado e tendências de mercado favoráveis.



As vendas da Divisão de Óleos Especiais e Refinados subiram 49,7%, de US\$ 2,43 bilhões no terceiro trimestre de 2020 para US\$ 3,64 bilhões no terceiro trimestre deste ano, com a divisão apresentando melhora em todas as regiões, especialmente na América do Norte.

Segundo nota da companhia, o lucro e as vendas aumentaram no terceiro trimestre, puxados pelos resultados do agronegócio, que somaram US\$ 9,868 bilhões no período, aumento de 35% na comparação anual (Imagem: Facebook/ Bunge)

O CEO da Bunge, Greg Heckman, afirmou que as expectativas foram superadas diante da volatilidade global. “Nossa plataforma global permitiu atender nossos clientes – tanto agricultores quanto consumidores finais – em meio a um ambiente volátil”.

Para todo o ano de 2021, a Bunge elevou sua projeção de lucro ajustado por ação depois de ter registrado lucro e vendas mais elevados no terceiro trimestre e também porque considera tendências de mercado favoráveis.

Agora a companhia prevê lucro ajustado de, pelo menos, US\$ 11,50 por ação, ante previsão anterior de US\$ 8,50 por ação.

Na divisão de Agronegócio, espera-se que os resultados sejam levemente acima da perspectiva anterior, refletindo os fortes resultados do terceiro trimestre.

Em óleos refinados e especiais, a empresa disse que também espera resultados acima do ano passado, refletindo tendências positivas de demanda na América do Norte.

Para o negócio de moagem, no entanto, a companhia espera que os resultados estejam em linha com o ano anterior.

A empresa prevê ainda uma taxa de imposto efetiva ajustada entre 15% e 17%, despesa líquida de juros entre US\$ 200 milhões a US\$ 210 milhões, despesas de capital de US\$ 350 milhões a US\$ 400 milhões e depreciação e amortização de cerca de US\$ 420 milhões para 2021.

Fonte: MoneyTimes

Data: 27/10/2021

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA APRESENTARÁ NA COP-26 NOVOS MAPAS DE ESTOQUE DE CARBONO



Segundo a pasta, em nota, a ferramenta vai subsidiar políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas e à diminuição da emissão dos Gases de Efeito Estufa (Imagem: Pixabay)

O Ministério da Agricultura lançou nesta quarta-feira, 27, mapas de estoque de carbono orgânico dos solos brasileiros. A ferramenta será apresentada na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas deste ano (COP-26),

que ocorre a partir de 31 de outubro.

Segundo a pasta, em nota, a ferramenta vai subsidiar políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas e à diminuição da emissão dos Gases de Efeito Estufa (GEEs).

Por meio desse trabalho, desenvolvido pela equipe de pesquisadores da Embrapa Solos, em parceria com a Embrapa Agricultura Digital, será possível identificar quais são as áreas potenciais no Brasil para a prática de economia verde, o que, de acordo com a pasta, vai afetar positivamente no cumprimento dos compromissos brasileiros para a mitigação das mudanças climáticas.

O ministério afirma que os mapas apresentam informações inéditas ao fornecerem um retrato detalhado do carbono orgânico estocado no solo brasileiro até a profundidade de 2 metros.

Dentre as variáveis utilizadas para geração dos mapas estão as de relevo, como índice de fundo de vale plano, elevação e índice de rugosidade do terreno, e também as de clima, como precipitação média anual, temperatura do quadrimestre mais frio e radiação solar.

Fonte: MoneyTimes

Data: 27/10/2021



AGÊNCIA SENADO - DF

SENADORES CATARINENSES DEFENDEM MANUTENÇÃO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA NO PORTO DE ITAJAÍ

As tratativas para a privatização total do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, foram discutidas nesta terça-feira (26) em audiência pública promovida pela Comissão de Infraestrutura do Senado (CI). Vários debatedores — inclusive os três senadores de Santa Catarina — defenderam a permanência da Autoridade Portuária Pública Municipal à frente do empreendimento, enquanto representantes do governo defenderam a concessão do complexo para a iniciativa privada, já que haveria, segundo eles, escassez de recursos. Autor do requerimento para o debate, o senador

Esperidião Amin (PP-SC) disse que há clareza quanto ao fato de que a administração do porto de Itajaí já tem caráter privado. Ele afirmou, no entanto, que a intenção dos representantes locais é manter um agente público como regulador do complexo quando da renovação de contrato de parceria prevista para o próximo ano.



O debate, promovido pela Comissão de Infraestrutura do Senado (CI), foi solicitado por Esperidião Amin – Foto: Roque de Sá/Agência Senado

— Uma autoridade portuária enxuta, com força, é o que a gente pretende. O modelo catarinense é um caso de sucesso, mesmo sem ferrovia interligando os portos, o que é um sonho desde 1870, mesmo sem essa facilidade e sem a via portuária concluída. O que queremos é aprimorar. Nós queremos focar em como a autoridade portuária pode ser pública, representando interesses do

grande complexo, com capacidade regular — ponderou o senador.

Segundo Esperidião Amin, o Executivo e o Legislativo de Itajaí, entidades empresariais e sindicatos de trabalhadores, bem como representantes da Universidade do Vale do Itajaí, em conjunto com o Fórum da Bancada Federal de Santa Catarina, têm mantido diálogo com as autoridades do Ministério da Infraestrutura, com o objetivo de conservar a Autoridade Portuária no complexo, cuja renovação venceria em janeiro de 2023. O senador disse que fez questão de ouvir e valorizar as autoridades e representações catarinenses convidadas para o debate. Ele também informou que irá elaborar, junto com especialistas, um documento com uma lista de exigências mínimas sobre as atribuições da Autoridade Portuária a ser entregue e discutido com o Poder Executivo.

Caso de sucesso

O presidente da CI, senador Dário Berger (MDB-SC), declarou que os interesses de Santa Catarina devem ser respeitados e que esse estado deve ser levado a sério pelo governo federal. Ele afirmou que os catarinenses contribuem de forma legítima para o desenvolvimento dos demais estados brasileiros, conforme acordado no pacto federativo, mas tem sofrido discriminação. Dário também disse que, no acumulado entre setembro de 2020 e setembro de 2021, o Porto de Itajaí registrou aumento de 23% no número de contêineres, com arrecadação fiscal que superou R\$ 120 bilhões.

— O complexo é um orgulho para o povo catarinense. Quero registrar que me causa estranheza o modelo de privatização proposto pelo governo, tendo em vista o fato de que há poucos casos de sucesso como ele no mundo inteiro. Não há dúvidas quanto à importância das parcerias público-privadas, mas desde que a iniciativa privada atue na operação de cargas e o governo mantenha o controle sobre a infraestrutura. O Estado brasileiro precisa ser um facilitador, mas sem abrir mão de decisões estratégicas — argumentou Dário.

Na opinião do senador Jorginho Mello (PL-SC), a união de atores públicos e privados ajudará as autoridades a encontrarem caminhos para o desenvolvimento do porto. Ele ressaltou, no entanto, que essas modificações devem levar em conta o marco histórico da autoridade portuária. Para o parlamentar, a modernização deve seguir um modelo que contemple a inovação e a possibilidade de aumento de empregos, mas com o controle de autarquias.

— Se precisa de ajustes ou mudar formas de atuar, que tenhamos clareza. Porque Itajaí é diferente: é um porto que tem uma cidade, e não o oposto. Carece de infraestrutura, aporte de

recursos, possibilitando uma operação cada vez maior e melhor para o estado, o município e o Brasil — declarou Jorginho.

Governo

Ao defender a concessão do complexo para a iniciativa privada, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni, afirmou que o conjunto dos portos de Santa Catarina cresce, mas a demanda está em estagnação. Piloni afirmou que as operações do complexo têm gestão pública, mas ocorrem por iniciativa privada e, por não ser unificado, esse processo cria problemas do ponto de vista da eficiência. Segundo ele, o Porto de Itajaí desestatizado “não vai deixar de ser da cidade”. Piloni disse que o governo federal vai avaliar a manutenção da autoridade portuária, mas também vai considerar outras opções.

— A infraestrutura é deficitária, com necessidade de investimentos vultosos para que Itajaí faça frente a esse cenário competitivo. Não temos recursos da União para investimentos estruturantes. O Ministério da Infraestrutura não tem R\$ 1 de orçamento para 2021 para execução de obras portuárias. Não estamos propondo alterações legais. Estamos discutindo junto ao Parlamento, recepcionando todas as observações e preocupações, mas o processo de consulta pública formal acontece somente em novembro – declarou.

Para a secretária especial da Secretaria do Programa de Parceiras de Investimentos (PPI), Martha Seillier, o caminho para o desenvolvimento, a modernização e o aumento da competitividade do Brasil passa pela abertura para investimentos privados. Na avaliação da debatedora, a gestão privada dos portos é o caminho mais adequado, porque esse modelo possibilita liberdade.

— Quando a gente compara a capacidade de uma estatal de realizar investimentos com celeridade e qualidade com a condição de uma empresa privada, um está correndo na pista de atletismo e outro na pista com obstáculos. As estatais correm com obstáculos; por melhor que seja o gestor público e sua equipe, eles estão sujeitos a leis e regulamentos e limitações orçamentárias.

Prefeito

Assim como os senadores de Santa Catarina, o prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni, defendeu a manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal à frente do Porto de Itajaí. Segundo ele, a cidade está entre as que mais arrecadam dinheiro para o governo federal. O prefeito também argumentou que os investimentos sobre o complexo portuário local dão resultados positivos que devem continuar sendo estimulados.

— Havendo estrutura, as respostas são excelentes. A autoridade portuária deve ser mantida. Podemos discuti-la: se deve ser autarquia, empresa pública, se vamos enxugá-la, estabelecendo números de cargos, critérios para indicação, planejamento, metas, resultados. Estamos dispostos a discuti-la, mas precisamos manter a autoridade portuária. Ela não tem incompatibilidade com as propostas do governo e é fundamental para a vida de cidades e para todas as implicações das atividades. É esse o apelo que eu faço.

A mesma posição foi apresentada por Mário Teixeira, presidente da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades Portuárias (Fenccovib). Para ele, é inaceitável qualquer intenção de não prorrogar a permanência da Autoridade Portuária em Itajaí. Ele dirigiu sua fala ao presidente da República, Jair Bolsonaro, e ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas:

— Entendemos que os catarinenses e itajaienses sabem bem o que é melhor para o seu porto.



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

JADER BARBALHO PROPÕE PROIBIR USO DO PPI PELA PETROBRAS NO REAJUSTE DOS COMBUSTÍVEIS

Por epbr 27 de outubro de 2021 Em Comece seu Dia, Newsletter

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

em jogo

O senador Jader Barbalho (MDB/PA) propôs o projeto de lei 3450/2021, que proíbe a vinculação dos preços dos derivados de petróleo aos preços das cotações do dólar e do barril de petróleo no mercado internacional.

— Além de proibir o uso do Preço de Paridade de Importação (PPI), o PL estabelece multa diária de dez mil salários mínimos – R\$ 11 milhões, em valores atuais – e aplicação das sanções penais cabíveis aos dirigentes da Petrobras, caso a empresa não cumpra a determinação.

— O senador aponta a autossuficiência do país na produção de petróleo, obtida em 2006, como justificativa para que o PPI não seja aplicado. “Esses aumentos não se justificam, pois há mais de 15 anos, o Brasil passou a ser considerado autossuficiente em petróleo, produzindo mais do que consome. Só para se ter ideia, são fabricados mais de 3 milhões de barris de petróleo no país por dia.”

— A justificativa do PL ainda rebate a acusação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de que a culpa pelos sucessivos aumentos é do ICMS: “O governo federal tem jogado a culpa dos aumentos dos combustíveis no ICMS, que é recolhido pelos estados, o que não é verdade, pois o percentual do ICMS permanece inalterado há anos.”

— A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que altera as regras de cobrança do ICMS sobre os combustíveis. O PLP 11/20 está agora no Senado, mas muitos senadores criticam as mudanças.

— Nessa terça (26/10), o senador Alvaro Dias (Podemos/PR) disse que não é por meio de um “remendo” na legislação tributária e transferindo a culpa para os governos estaduais que se deve enfrentar o aumento dos combustíveis. Agência Senado

CVM questiona Petrobras por fala de Bolsonaro sobre combustíveis A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) questionou a Petrobras nessa terça (26/10) sobre as declarações do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). No domingo (24/10), Bolsonaro antecipou o reajuste da gasolina e do diesel anunciado pela companhia na segunda (25/10).

— A CVM questionou a Petrobras sobre a veracidade da fala do presidente e, sobretudo, o motivo pelo qual a companhia não considerou tal fala um fato relevante.

— A Petrobras respondeu que “ajustes de preços de produtos são realizados no curso normal de seus negócios e seguem as suas políticas comerciais vigentes. Dessa forma, a Companhia entende que esses atos de gestão não constituem Fatos Relevantes”.

— A petroleira disse ainda que “o Presidente da República afirmou não possuir ‘informação privilegiada’ ou ‘bola de cristal’, assim como não especificou o produto, a data ou valor do possível aumento de preços. Dessa forma, a Companhia entende que não havia qualquer ato ou fato que caracterizasse Fato Relevante”.

Caminhoneiros protestam no Pará contra alta do diesel Caminhoneiros bloquearam parcialmente a rodovia BR-316, na região metropolitana de Belém, nessa terça (26/10). Dentre as reivindicações está a política de preços do óleo diesel no país.

— O movimento ocorre menos de uma semana após paralisação de transportadoras de combustíveis em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, que também tinha o preço dos combustíveis em sua pauta. No dia 1º de novembro, os caminhoneiros autônomos prometem uma paralisação nacional. Folha de S. Paulo

— No fim de semana, o governo federal cancelou a reunião que tinha marcado com lideranças dos caminhoneiros para discutir a alta dos preços dos combustíveis.

Energia e combustíveis pressionam IPCA-15 O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) de outubro foi de 1,20%, o maior índice para o mês desde 1995. No ano, o IPCA-15 acumula alta de 8,30% e, em 12 meses, de 10,34%, acima dos 10,05% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores.

— O maior impacto individual (0,19 p.p.) no período foi da energia elétrica (3,91%), que se destacou no no grupo Habitação (1,87%).

— Outra contribuição importante nesse grupo veio do gás de botijão (3,80%), cujos preços subiram pelo 17º mês consecutivo e acumulam, em 2021, alta de 31,65%.

— Em termos de grupos, a maior variação foi no grupo de Transportes (2,06%). As passagens aéreas, que tiveram alta de 34,35%, registraram impacto de 0,16 p.p. Os combustíveis seguem em alta (2,03%) e continuam pressionando os preços. InfoMoney

PPSA lança edital do 3º leilão de óleo A Pré-Sal Petróleo (PPSA) publicou nessa terça (26/10) o edital do 3º Leilão de Petróleo da União, que vai comercializar mais de 55 milhões de barris dos campos de Búzios, Sapinhoá e Tupi (ex-Lula) e da Área de Desenvolvimento de Mero, na Bacia de Santos. O leilão será na B3, em 26 de novembro.

PRAZO CONTRATUAL E VOLUME POR LOTE

| CAMPO | PRAZO CONTRATUAL MESES | ESTIMATIVA DE VOLUME ACUMULADO POR LOTE (milhões de barris) |
|-------------------|------------------------|---|
| LOTE 1 - BÚZIOS | 36 | 6,6 |
| | 24 | 4,2 |
| LOTE 2 - SAPINHOÁ | 60 | 2,4 |
| | 36 | 1,6 |
| LOTE 3 - TUPI | 60 | 3,3 |
| | 36 | 2,0 |
| LOTE 4 - MERO | 36 | 43,4 |
| | 24 | 19,8 |

— Podem participar como proponentes individuais empresas de petróleo que já sejam membros de consórcios no pré-sal, refinarias que tenham logística comprovada para a retirada do óleo e empresas brasileiras de trading.

— Já os consórcios deverão ter até três companhias, entre uma petroleira, uma refinaria, uma trading brasileira e uma empresa de logística. A mesma empresa pode participar de mais de um consórcio, desde que para compra de óleo de campos diferentes.

— Para cada campo, serão oferecidos contratos com prazos de 24, 36 ou até 60 meses. A maior carga a ser comercializada é de Mero. O comprador poderá adquirir um lote de 43,4 milhões de barris em 36 meses ou de 19,8 milhões em 24 meses.



A Energizzi assumiu a concessão e a operação do campo de Santana, em Catu, na Bahia. O campo possui 47 poços, e sua produção média nos últimos 12 meses de operação da antiga concessionária foi de 40 barris/dia de óleo e 1.000 m³/dia de gás natural.

— Segundo o diretor de Operações da Energizzi, Alan Bastos, o plano de investimento para recuperar a produção da área é de R\$ 4 milhões nos dois primeiros anos. “Existem 17 poços parados e que já identificamos potencial para revitalização. Também temos a intenção de aproveitar a produção de gás natural do campo para gerar energia elétrica para as nossas próprias instalações”, disse ele.

— Estudos preliminares apontam que Santana possui uma reserva de 150 mil barris. A Energizzi planeja implementar novas tecnologias para aumentar o fator de recuperação do campo. Juntamente com um novo Plano de Desenvolvimento (PD) da área, a Energizzi solicitará a extensão do prazo de concessão, que hoje é até 2025.

— Santana foi descoberto em 1963, teve seu pico de extração no mesmo ano, atingindo uma produção de óleo de mais de 2 mil barris/dia com o volume de óleo acumulado de 6 milhões de barris até o presente ano.

Mais um poço produtor em Tubarão Martelo A PetroRio iniciou a produção do poço TBMT-10H, no campo de Tubarão Martelo, na Bacia de Campos com produção inicial de aproximadamente 3.800 barris de óleo por dia, ainda em período de estabilização.

— O TBMT-10H foi perfurado em 2013, e a instalação da completação superior e interligação do poço ao FPSO Bravo foram recentemente realizados pela PetroRio, um investimento de cerca de US\$ 17,5 milhões, com payback estimado de menos de três meses.

— O volume recuperável estimado deste poço, em cerca de 3,7 milhões de barris, deverá ser reclassificado de Proved Undeveloped Reserves para Proved Developed Producing Reserves, na certificação de reservas mais recente.

— A produção incremental terá o benefício da alíquota marginal de royalties reduzida, de 5%, conforme aprovado pela ANP em julho de 2021.

MME lança grupo para análise de impacto regulatório O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria Normativa Nº 30/GM/MME, que prevê a instituição do Programa de Análise de Impacto Regulatório. A portaria cria o Comitê Permanente para Análise de Impacto Regulatório (CPAIR).

— O programa pretende propor a edição e a alteração de atos normativos do MME, após análise de “possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade dos seus impactos socioeconômicos e ambientais”.

— A portaria é uma colaboração entre o MME e a Controladoria Geral da União (CGU), iniciada em 2019.

Petróleo tem nova alta Os preços do petróleo voltaram a subir nessa terça (26/10) e se aproximam das máximas dos últimos anos, em meio à preocupação do mercado com o nível das reservas dos EUA, que segue baixando.

— O barril do Brent para entrega em dezembro fechou em alta de 0,47%, a 86,40 dólares. O do WTI para o mesmo mês subiu 1,06%, a 84,65 dólares. AFP

• Iraque e a geopolítica energética Veja a coluna Petropolítica, produzida por Fernanda Delgado, professora e pesquisadora da FGV Energia

Senado quer debater racionamento com o MME A Comissão de Infraestrutura do Senado vai promover uma audiência pública para debater a crise hídrica, a possibilidade de racionamento e o aumento da conta de luz com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Autor do requerimento para a audiência, o senador Dário Berger (MDB/SC), quer conhecer o planejamento do governo federal para resolver o problema.

— O objetivo é entender a profundidade dos problemas envolvendo a crise hídrica e quais soluções o governo federal vem adotando para se precaver de possíveis racionamentos de energia, além de debater os aumentos tarifários que atingem todos os brasileiros e saber do planejamento que a pasta está adotando para o próximo ano. Agência Senado

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 27/10/2021

ALEMANHA ANUNCIA € 34 MILHÕES PARA DESENVOLVER MERCADO DE HIDROGÊNIO VERDE NO BRASIL

Por Gabriel Chiappini 27 de outubro de 2021 Em Transição energética



Foto: Divulgação Complexo do Pecém

A Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) anunciou nesta quarta (27) o investimento de 34 milhões de euros para o desenvolvimento de projetos de produção de hidrogênio verde no Brasil (H2V), durante evento organizado pela Câmara Brasil-Alemanha (AHK).

A iniciativa chamada H2 Brasil prevê a disponibilização dos recursos ao longo dos próximos dois anos para a construção de uma planta piloto de eletrólise com capacidade de 5 MW.

Além disso, o governo alemão espera colaborar na instituição de um marco regulatório de H2V no país, dando prosseguimento ao Programa Nacional de Hidrogênio do Ministério de Minas e Energia (MME).

O ministro de Economia e Energia da Alemanha, Thomas Bareiss, destacou durante o evento que o Brasil possui enorme potencial de energia renovável para produção de hidrogênio verde. E que o combustível produzido no país será essencial para abastecer a demanda alemã na transição energética.

“A Alemanha sozinha não é capaz de dar conta das suas necessidades”, disse. “Temos bilhões de euros investidos para avançar com isso, que em parte será investido na parceria Brasil-Alemanha”.

Segundo o ministro, o Brasil abriga o maior parque industrial alemão fora da Alemanha, representando cerca de 12% do PIB brasileiro.

O compromisso de reduzir suas emissões de carbono em 55% nos próximos cinco anos e ser neutra até 2045 tem levado o país europeu a investir pesado no desenvolvimento do mercado de H2V, com interesse especial pelo Brasil.

O plano prevê destinar € 9 bilhões para desenvolvimento de tecnologias ligadas ao H2V. Desse total, € 2 bi serão para parcerias internacionais.

“Para que nosso mercado seja abastecido, estamos trabalhando em soluções conjuntas. Toda a estrutura de incentivo que estamos gerando para incentivar a produção de H2V (...) Queremos

garantir o abastecimento estável. Essa é uma responsabilidade que vamos preservar na transição”, explicou o ministro.

Cluster para estudar viabilidade econômica de projetos

Para Petra Schmidt, representante do Ministério Federal de Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) no Brasil, outro objetivo da iniciativa H2 Brasil é gerar um cluster de projetos pilotos na cadeia de H2V, que permita estudar a viabilidade econômica desses projetos.

“Se por um lado a Alemanha trabalha para ser mais verde a cada ano, por outro, o Brasil tem o potencial de ser uma grande exportadora de H2V”, disse Petra.

“Queremos melhorar as condições legais, institucionais e tecnológicas para o desenvolvimento de uma economia verde de hidrogênio no Brasil expandindo o mercado nacional”, completou.

Cinco componentes do Projeto H2 Brasil:

- 1) Melhoria da estrutura regulatória nacional
- 2) Disseminação de informações e conhecimentos sobre o hidrogênio verde
- 3) Capacitação e formação profissional (com vagas destinadas especificamente a mulheres)
- 4) Fomento a projetos inovadores relacionados ao hidrogênio verde no país
- 5) Expansão do mercado – com a previsão da construção de uma planta piloto de eletrólise com 5 MW.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 27/10/2021

MERCADO REGULADO DE CARBONO É ÚNICA FORMA EFETIVA DE FINANCIAR NOVOS PRODUTOS, DIZ ASSOCIAÇÃO

Por - Nayara Machado - 27 de outubro de 2021 - Em Agendas da COP26



Gestão de carbono: novos catalisadores para hidrocarbonetos limpos - Foto: Divulgação Basf

Para a Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), os recursos advindos da criação de um mercado regulado de carbono — tanto no Brasil, quanto global — devem ser destinados a duas fontes principais: manutenção do sistema de comércio de emissões e inovação tecnológica

para descarbonização.

“O Artigo 10 do Acordo de Paris reconhece o papel da inovação tecnológica para a descarbonização. Uma das formas de viabilizar essas tecnologias é com o mercado de carbono gerando os recursos para financiar inovação”, defende Thiago Falda, presidente executivo da ABBI, em entrevista à epbr.

“Dessa forma, o próprio sistema se retroalimenta, privilegiando tecnologias e produtos que possam levar à descarbonização”, completa.

Neste sentido, a associação considera positivo o Projeto de Lei 528/2021, do deputado Marcelo Ramos (PL/AM), que cria o mercado de carbono regulado no país.

“O Brasil tem grande capacidade tecnológica para desenvolver produtos descarbonizantes. Temos plástico verde com emissão negativa de carbono, etanol 2G emite até 93% menos que a gasolina, o diesel verde, e uma série de produtos. O que a gente tem de menos em relação aos países desenvolvidos é investimento em inovação. Se esse projeto de lei destinar recursos para a inovação, será possível alavancar esse potencial”.

A ABBI, que tem como associadas indústrias químicas como Basf e Braskem, e produtoras de combustíveis como a Raízen, se posiciona contra instrumentos de taxação e acredita que mecanismos de mercado, como leilões de permissões de emissões, serão mais efetivos para financiar a economia de baixo carbono no país.

“Políticas de precificação de carbono com mecanismos de mercado geram benefícios para aqueles setores ou empresas que emitem menos carbono. Eu não estou punindo quem está emitindo, mas estou gerando um benefício para aquele que não emite”, explica Thiago.

Segundo o executivo, há limites no mercado voluntário para atrair investimentos na velocidade necessária e o modelo regulado consegue estimular uma série de cadeias produtivas no desenvolvimento de tecnologias que permitem o uso eficiente de energia, fixação de carbono, retirada de carbono da atmosfera, entre outras.

Cuidados na regulação do mercado

Para Thiago, o sucesso dessa política vai depender de algumas características. Uma delas é evitar dupla regulação.

“Como a bioeconomia tem vários setores, se houver diferentes mercados de carbono, o risco é que diferentes setores tenham que participar de mais de um mercado. Por exemplo, o RenovaBio regula somente as distribuidoras. Se for criado um outro mercado de carbono em que eventualmente as distribuidoras possam ser reguladas também, elas terão que cumprir duas normas”.

Outra é ter fungibilidade, tanto internamente, quanto no mercado internacional.

“Se o objetivo final é retirar carbono da atmosfera, esse objetivo pode ser atingido por meio de um crédito de descarbonização, como o Cbio (do RenovaBio), pelo comércio de emissões ou pelo mercado voluntário. As metodologias de cálculo têm que ser equivalentes”.

Thiago também argumenta que o Brasil deve defender essa fungibilidade para que os créditos gerados aqui, independente do setor, sejam passíveis de comercialização no mercado internacional.

Já em relação ao mercado global, a associação defende que a posição brasileira na regulamentação do Artigo 6 persiga a fungibilidade dos créditos para que o que for gerado aqui — seja no RenovaBio, no mercado voluntário, ou no que será criado pelo PL 528 — tenha aceitação internacional.

“Muitos países sabem utilizar os acordos internacionais para se desenvolverem. O Brasil não faz isso muito bem. E não é só esse governo. É historicamente”, diz Thiago.

Ele enumera três demandas para a comitiva do governo que vai a Glasgow na próxima semana, para a COP26: aumentar a participação da bioenergia na sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC); apoiar a regulamentação do Artigo 6, defendendo a fungibilidade; e defender que os mecanismos de arrecadação advindos do mercado de carbono financiem a inovação baseada em tecnologias descarbonizantes.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 27/10/2021

CONSÓRCIO EUROPEU QUER INVESTIR US\$ 2 BILHÕES NA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE NO CEARÁ

Por Gabriel Chiappini - 27 de outubro de 2021 - Em Agendas da COP26, Transição energética hidrogênio verde



Assinatura de memorando de entendimento do governo do Ceará com o consórcio Transhydrogen Alliance, para produção de hidrogênio verde - Foto: Divulgação

O governador do Ceará, Camilo Santana, anunciou nesta quarta (27), a assinatura de um protocolo de intenções com um consórcio formado por quatro empresas europeias para a

instalação de mais uma planta para produção de Hidrogênio Verde (H2V) no Ceará.

O consórcio Transhydrogen Alliance, formado pelas empresas Proton Ventures, Trammo, Global Energy Storage e VARO, calcula um investimento inicial de US\$ 2 bilhões, para produção de 500 mil toneladas de hidrogênio verde por ano.

O volume é equivalente a cerca de 2,5 milhões de toneladas de amônia verde, que serão exportadas do Porto do Pecém, no Ceará, até o Porto de Roterdã, na Holanda.

“Nós estamos numa força tarefa buscando transformar o Ceará em um estado Hub de produção de hidrogênio verde, que é o combustível do futuro. Inclusive esse será um tema a ser discutido na conferência do Clima em Glasgow”, destacou o governador do Ceará, durante assinatura em Roterdã.

Camilo Santana está na Europa, onde deverá, ainda esta semana, assinar mais um acordo, dessa vez com uma empresa alemã, para atrair investimentos na área de H2V para o Ceará.

Ele também irá participar da abertura da COP26, conferência climática da Organização das Nações Unidas (ONU), e fará reunião com o grupo Fortescue, mineradora australiana que assinou memorando de entendimento recentemente com o estado para produção de H2V.

Conexão Pecém – Roterdã

Para o presidente da Proton Ventures e do consórcio Transhydrogen Alliance, Hans Vrijenhoef, o acordo firmado com o governo cearense é um passo importante na direção do desenvolvimento de um mercado mundial de H2V.

“Essa é uma fase muito importante na questão de colocar soluções de energia verde para o mundo inteiro”, afirmou Vrijenhoef.

O projeto deverá integrar o Hub de Hidrogênio cearense que está sendo planejado no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no Ceará.

Até agora já foram onze memorandos de entendimento assinados para implantação de unidades produtoras de H2V na sua Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

Além da grande disponibilidade de energia renovável barata próxima, como futuros parques eólicos offshore, o Pecém conta com outro trunfo, que é a sua conexão com o Porto de Roterdã, na Holanda – o maior porto marítimo da Europa –, que detém 30% de participação acionária no CIPP. Os outros 70% são do governo do Ceará.

“É um prazer para o Complexo do Pecém iniciar os estudos com a Transhydrogen Alliance para promovermos esse importante projeto que conectará o Pecém ao Porto de Roterdã”, comemorou Duna Uribe, diretora executiva do CIPP.

Memorandos de H2V assinados com o Ceará

- 1) Enegix Energy
- 2) White Martins
- 3) Qair
- 4) Fortescue
- 5) Neenergia
- 6) Eneva
- 7) Diferencial
- 8) Hytron
- 9) H2Helium
- 10) Engie
- 11) Transhydrogen Alliance
- 12) EDP

A EDP teve uma audiência com o governador em setembro onde foi anunciada (durante live) a primeira usina de H2V do Ceará já para funcionar em 2022, porém não houve assinatura de MoU.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 27/10/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

MINISTRO DO TRABALHO DEFENDE PRORROGAÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Medida beneficia 17 setores intensivos em mão de obra. Fim da tributação diferenciada pode ameaçar 3 milhões de empregos, segundo relator do projeto

Por GERALDA DOCA



Onyx Lorenzoni defendeu a prorrogação da desoneração da folha de pagamento
Foto: Arquivo

BRASÍLIA — O ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, defendeu, nesta quarta-feira, a manutenção da desoneração da folha de salários para 17 setores intensivos em mão-de-obra. Ao participar de evento da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), ele disse que a medida poderá valer temporariamente por até

três anos.

O assunto está sendo discutido no Congresso Nacional. Onyx disse aguardar uma solução nas próximas semanas.

— Não tenho nenhuma dúvida de que nessa retomada, por um ano, dois ou três anos, deveria ser fazer um acordo e votar pela manutenção desses setores, que são intensivos em mão-de-obra. O

Brasil precisa de fôlego para essa retomada que a gente tem que fazer da economia — disse o ministro.

Após o fim do prazo, seria feita uma avaliação antes de acabar com a desoneração, observou Onyx.

A proposta avaliada na Câmara dos Deputados prevê a prorrogação da folha da desoneração da folha de pagamento até 2026 para esses 17 setores. O deputado delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), relator do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), já declarou que, caso a medida não seja aprovada, o país pode ter 3 milhões de desempregados a partir de 2022.

O Ministério da Economia é contra a medida, que custaria R\$ 8,3 bilhões aos cofres públicos em 2022. O ministro Paulo Guedes costuma dizer que os encargos que incidem sobre a folha de pagamento são uma máquina de destruição em massa de empregos, e defende a desoneração total.

Para compensar a perda de arrecadação, a sugestão seria a criação de um imposto digital, nos moldes da antiga CPMF. Não há consenso sobre tal medida no Congresso.

Desde 2011, uma lei permite que alguns setores façam a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos por uma porcentagem da receita bruta das empresas. Entre os beneficiários estão setores da indústria (como couro, calçados, confecções, têxtil, aves, suínos), serviços (como TI, call center, hotéis), transportes (rodoviário de carga, aéreo), construção e outros.

Venda da Petrobras

No mesmo evento, Lorenzoni reforçou o discurso do presidente sobre a privatização da Petrobras.

— Acho que o melhor caminho é abrir o mercado, quem quer vem, vem e refina e de preferência, o governo vende as ações dele da Petrobras. Ela é competente, então vai competir — afirmou.

E prosseguiu:

— Agora, é uma empresa curiosa, quando lhe interessa ela é pública (...) quando ela precisa e vê que está tendo lucro, nós estamos listados na bolsa, não mexe na gente. Então, privatiza logo e aí fica uma coisa mais transparente.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 27/10/2021

CÂMARA APROVA CRIAÇÃO DO VALE-GÁS PARA FAMÍLIAS MAIS POBRES

Texto vai a sanção do presidente Jair Bolsonaro
Por Bruno Góes



O Congresso Nacional Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo / 26-05-2021

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira, por votação simbólica, o projeto que cria um vale para a compra do gás de cozinha aos mais pobres. Agora, o texto segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O novo auxílio, batizado de Programa Gás para os Brasileiros, bancará pelo menos 50% do valor

do botijão de 13 quilos. O preço médio do botijão no Brasil está em R\$ 101,96, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O benefício será concedido a cada dois meses. De acordo com o projeto, o programa vai vigorar por cinco anos, e pode custar R\$ 6 bilhões por ano, segundo integrantes da equipe econômica.

Auxiliares do ministro da Economia, Paulo Guedes, têm dito que a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) que muda os precatórios e o teto de gastos pode abrir o espaço no Orçamento necessário para um programa de vale-gás.

A PEC muda o pagamento dos precatórios (despesas da União decorrentes de decisões judiciais) e altera a regra que impede o crescimento das despesas da União acima da inflação, o teto de gastos.

De autoria da Câmara, o texto havia sido alterado pelo Senado. Na segunda análise de deputados, houve novos ajustes ao projeto.

Parlamentares mantiveram alguns pontos incluídos pelo Senado, como a previsão do uso de recursos de dividendos pagos pela Petrobras à União para bancar o programa. O relator, deputado Christino Aureo (PP-RJ), ainda retomou outra fonte de custeio, que havia sido excluída pelos senadores: a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-combustíveis).

A proposta prevê que o governo federal transfira diretamente para famílias baixa renda um valor que varia entre 50% e 100% do preço do botijão.

Segundo estimativas do Congresso, a medida poderá beneficiar 20 milhões de famílias, que ganharão uma ajuda do governo federal a cada dois meses.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/10/2021

LEILÃO DO 5G: 15 EMPRESAS APRESENTAM PROPOSTA, DIZ ANATEL

Operadoras de telefonia e fundos de investimento estão entre os interessados. Certame será dia 4 de novembro

Por Manoel Ventura

O leilão do 5G será dia 4 de novembro Foto: Arquivo



BRASÍLIA — A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) recebeu, nesta terça-feira, 15 propostas de empresas interessadas em arrematar frequências no leilão do 5G, marcado para o início de novembro.

Os envelopes com propostas econômicas, que na prática representam os primeiros lances do leilão, serão abertos somente no dia 4 de novembro, dia da sessão de disputa pelos lotes.

A lista divulgada pela agência mostra que haverá dois tipos de disputa no leilão. De um lado, estarão as grandes operadoras — Claro, Vivo e Tim— que farão lances pelas frequências 5G nacionais.

A Oi ficou de fora do leilão por já ter vendido seu ativo de serviço celular, a Oi Móvel, para a aliança formada por Telefônica (dona da Vivo), Tim e Claro.



De outro, estarão fundos de investimento, como o Pátria (Winity II Telecom), empresas e provedores regionais de internet, interessados especialmente nas frequências de 700 MHz, que permitem cobrir grandes áreas mas com velocidades mais baixas de conexão.

O governo irá licitar quatro blocos de espectro para a tecnologia 5G no Brasil: 700 megahertz (MHz); 2,3 gigahertz (GHz); 3,5 GHz; e 26 GHz. O 3,5 GHz concentra o 5G com três blocos nacionais. A tendência é que Claro, Tim e Vivo fiquem com esses blocos.

Cada frequência tem finalidades específicas. Empresas ligadas a internet das coisas, por exemplo, tentam a pegar frequências mais altas, com a do 26 GHz.

Uma das maiores licitações do mundo

A quantidade de blocos e faixas fará do leilão do 5G o maior já realizado no Brasil e uma das maiores licitações de espectro do mundo.

De acordo com as propostas apresentadas, haverá disputa, por exemplo, entre a Highline (NK108 Empreendimentos e Participações) e a Brisagnet em cidades menores, principalmente no Nordeste.

Ao todo, as propostas foram apresentadas por

Algar Telecom;
Consórcio Brasil Digital Telecomunicações;
Brisagnet Serviços de Telecomunicações;
Claro S/A;
Cloud2U Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos;
Consórcio 5G Sul;
Fly Link Ltda;
Mega Net Provedor de Internet e Comércio de Informática;
Neko Serviços de Comunicações,
Entretenimento e Educação;
NK 108 Empreendimentos e Participações;
Sercomtel Telecomunicações;
Telefônica Brasil;
TIM S/A;
VDF Tecnologia da Informação;
Winity II Telecom.

A simples entrega da proposta, porém, não credencia as empresas para participar do leilão. Elas podem ser desclassificadas, por exemplo, se não entregarem todos os documentos necessários e as garantias exigidas.

O edital define que a operação comercial do 5G no país deverá começar pelas principais capitais 300 dias após a assinatura dos contratos. Se tudo correr como o governo prevê, isso será julho de 2022.

Tecnologia: Presidente da Qualcomm na América Latina prevê 'ilhas de degustação' de 5G ainda este ano no Brasil

Depois, virão cidades com mais de 500 mil habitantes. Esse processo será escalonado e será concluído em 2029, quando o serviço chegar às localidades com menos de 30 mil habitantes.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/10/2021

GUEDES CONSIDERA 'BURRICE' PASTA DE MARCOS PONTES NÃO USAR RECURSO DE FUNDO DE PESQUISA

Declaração foi feita em reunião com deputados da Comissão de Ciência e Tecnologia no Ministério da Economia. Também criticou Onyx e elogiou Freitas

Por Naira Trindade, Bruno Góes e Geralda Doca



Ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: ADRIANO MACHADO / REUTERS

BRASÍLIA — Em uma reunião com deputados no Ministério da Economia, nesta terça-feira, o ministro Paulo Guedes, considerou como “burrice” o baixo empenho de recursos de um fundo de pesquisas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, dirigido pelo ex-astronauta Marcos Pontes.

Guedes argumentou que, ao não usar o dinheiro, a pasta de Pontes faz uma “confissão” de que o uso daquela quantia não estava entre as prioridades do ministério.

Guedes também fez um desabafo alegando que “às vezes se pergunta o que está fazendo no governo”, por perceber que colegas ministros têm culpado a pasta da Economia por todos os remanejamentos orçamentários do governo.

As declarações do ministro foram dadas a integrantes da Comissão de Ciência e Tecnologia, que tentam reverter o remanejamento de R\$ 600 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e antecipadas pela “Folha de S. Paulo”.

Inicialmente, a pasta teria à disposição R\$ 655,4 milhões no fundo, mas, com o represamento de 86,3% do valor previsto, restaram R\$ 89,8 milhões.

Segundo integrantes da equipe econômica, o remanejamento ocorreu porque Marcos Pontes empenhou até outubro somente R\$ 393 milhões dos R\$ 4,6 bilhões do fundo.

Na reunião, Guedes mostrou os números para os deputados, dizendo ter certeza de que não faltam recursos para o “acelerador de partículas”, sinalizando que o ministério da Ciência e Tecnologia traçou outras prioridades para o orçamento.

A menção é sobre o Sirius, acelerador de partículas de 68 mil metros quadrados inaugurado em 2018 que é a maior e mais complexa infraestrutura de pesquisa já construída no Brasil.

Orçado em R\$ 1,8 bilhão, ele promete viabilizar estudos nacionais de qualidade sem precedentes no mundo.

Para Tarcísio de Freitas, elogios

Aos deputados, o ministro elogiou o colega Tarcísio de Freitas, que comanda o Ministério de Infraestrutura, que, segundo Guedes, empenha os recursos ao ponto de ter de pedir mais dinheiro ao presidente Jair Bolsonaro para concluir os projetos da pasta.

Ele também criticou o ministro Onyx Lorenzoni por, no passado, tê-lo culpado por remanejar recursos de crianças com Zika, quando, na visão de Guedes, a economia apenas remanejou uma verba que não estava empenhada. Neste momento, Guedes se questionou sobre “o que estaria fazendo no governo”.

Impasse com Pontes desde outubro

O impasse com o ministro Marcos Pontes se arrasta desde meados de outubro. Na última reunião ministerial no Palácio do Planalto, Pontes foi criticado por colegas do governo após das entrevistas atacando o remanejamento da verba do fundo de pesquisas.

Durante o encontro, ministros argumentaram com o colega que não havia justificativa para enviar mais recursos ao ministério.

Justificaram que, ao congelar parte do dinheiro que poderia ir para a pasta de Marcos Pontes, o governo priorizou o envio de recursos para a produção de radiofármacos, essenciais para a medicina nuclear, que é aplicada em tratamentos de câncer por radioterapia e na realização de exames de imagem, por exemplo.

Segundo interlocutores do Palácio do Planalto, incomodou o fato de Marcos Pontes ter feito críticas públicas ao governo durante em entrevistas, nas redes sociais e durante uma audiência na Câmara, antes de tentar discutir internamente com os ministros sobre realocações das verba.

Na avaliação de integrantes do governo, para agradar a comunidade científica, Pontes expôs Bolsonaro.

Por outro lado, um ministro da ala política do governo revelou, sob sigilo ao GLOBO, que Paulo Guedes é uma pessoa "que desagrega" o governo e que "causa muita confusão".

Segundo este integrante do primeiro escalão, o ministro da Economia é muito eficiente para falar "não", mas pouco contribuiu com ideias e soluções para o governo.

Onyx considera Guedes "perturbado"

O ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, afirmou que o ministro da Economia, Paulo Guedes "fala com o fígado e não com o cérebro". Ao participar de evento da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Onyx ainda considerou que o colega esteja "perturbado".

— Acho que o ministro Paulo Guedes deve estar chateado com alguma coisa, talvez esteja falando com o fígado e não com o cérebro — afirmou Onyx, ao ser indagado por jornalistas sobre a crítica que Guedes teria feito às suas viagens para inaugurar campo de futebol, em vez de se preocupar com assuntos mais relevantes.

— Eu lamento que ele esteja um pouco perturbado nesse momento, mas eu tenho certeza que logo, logo ele retorna para o eixo, o trem volta para o trilho e o Brasil vai pra a frente — disse Onyx, acrescentando que os dois se falam diretamente e poderia resolver esse tipo de problema.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/10/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

DISPUTA DE TRECHOS VIRA BATALHA JUDICIAL ENTRE RUMO E VLI

Por André Borges

Brasília - O que deveria se consolidar como uma nova fronteira para expansão da malha ferroviária nacional se converteu em batalha judicial. A empresa Rumo Logística, que controla parte das ferrovias no País, iniciou uma série de embates na Justiça contra a concorrente VLI, cuja sócia majoritária é a mineradora Vale.

No centro da disputa está o controle do escoamento da produção do agronegócio em Mato Grosso e Goiás. No dia 21 de setembro, a VLI deu entrada, na Agência Nacional de Transportes

Terrestres (ANTT), em quatro pedidos de autorização de trechos. Oito dias depois, a Rumo procurou a ANTT para apresentar dois pedidos idênticos aos da VLI. Ato contínuo, a Rumo entrou com uma ação judicial para barrar todos os pedidos de autorização, sob o argumento de que as regras atuais privilegiam apenas aqueles que primeiro solicitaram os trechos, porque a ANTT daria início à análise dos pedidos da VLI.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/10/2021

LEILÃO DO 5G ATRAI 15 INTERESSADOS E PODE SER VETOR PARA AMPLIAR CONCORRÊNCIA

Além das gigantes Vivo, Claro e TIM, participam também da disputa pela internet de quinta geração provedores regionais como Algar Telecom e Sercomtel

Por Circe Bonatelli, O Estado de S.Paulo

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) informou que 15 grupos, entre empresas e consórcios, apresentaram propostas para participar do leilão da internet móvel de quinta geração (5G). Isso quer dizer que a lista de concorrentes, desta vez, irá muito além das gigantes Vivo, TIM e Claro, que apresentaram propostas. A Oi, como esperado, ficou de fora.

A abertura dos envelopes com as ofertas será em 4 de novembro. Por ora, ainda não foram tornados públicos quais os ativos visados para cada um dos grupos nem o valor dos lances. Nos próximos dias, a agência reguladora vai verificar se os proponentes estão devidamente habilitados a participar do certame, ou seja, se apresentaram todas as garantias financeiras e documentos exigidos pelo edital.

A faixa de 3,5 Ghz - a mais visada para o 5G - oferecerá quatro lotes nacionais no leilão. Isso porque o certame foi desenhado numa época em que as quatro grandes teles atuavam no ramo. Mas, com a saída da Oi do setor móvel, sobrarão um lote nacional à disposição de quem quiser se aventurar nesse mercado.

Por outro lado, há um desafio grande para novos entrantes. "Esse é um mercado altamente dominado. Para competir será necessário tirar cliente dos concorrentes, o que não é simples", pondera o consultor e ex-presidente da Anatel, Juarez Quadros.

"Um novo entrante vai ter que tomar cliente dos outros para se viabilizar financeiramente. E o edital é rigoroso em exigir que se comprove a instalação da infraestrutura", acrescenta Quadros, referindo-se ao risco elevado de se investir sem ter um retorno à altura.

O que está em disputa

Este será o maior leilão já realizado pela Anatel, podendo movimentar R\$ 49,7 bilhões. Desse total, R\$ 10,6 bilhões são outorgas pelas faixas e R\$ 39,1 bilhões, compromissos de investimentos na implementação das redes. As faixas leiloadas - 700 MHz, 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz - servirão tanto para ativar o 5G quanto para ampliar o 4G.

O governo calcula que o 5G vai gerar US\$ 1,2 trilhão em investimentos nos próximos 20 anos.

A nova tecnologia promete velocidades até 20 vezes superiores às atuais, além de um tempo de resposta (latência) baixíssimo entre os dispositivos conectados. Isso vai permitir o desenvolvimento de novas aplicações, desde carros sem motorista até inovações na indústria, mineração e agricultura, entre outros setores.

Na briga

Além de operadoras regionais como Brisanet, Secomtel e Algar Telecom, foram confirmados também grupos ligados a grandes investidores, como o Pátria Investimentos.

Participam ainda a Mega Net Provedor de Internet e Comércio de Informática Ltda (Iniciativa 5G Brasil, consórcio de 421 provedores), NK 108 Empreendimento e Participações S/A (Highline do Brasil), e Winity II Telecom Ltda (ligado à gestora Pátria Investimentos).

Estão na disputa também Brasil Digital Telecomunicações Ltda, Cloud2u Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda, Consórcio 5G Sul, Fly Link Ltda, Neko Serviços de Comunicações, Entretenimento e Educação Ltda e VDF Tecnologia da Informação Ltda.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/10/2021

R\$ 83,7 BI PARA FERROVIAS ESTÃO SOB AMEAÇA

Por André Borges. Colaborou Amanda Pupo

Associações de todo o País e empresas de logística pediram, em carta ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), a renovação por mais 60 dias da Medida Provisória 1.065/2021. Da MP, que criou o regime de autorização para construção de ferrovias pela iniciativa privada, dependem R\$ 83,7 bilhões em investimentos.

Sob pressão, Pacheco tratou, ontem, de avançar uma alternativa à MP: remeteu para análise da Câmara dos Deputados o projeto que cria um novo marco legal das ferrovias. O encaminhamento ocorre 21 dias após a aprovação do texto pelos senadores. A votação do marco legal foi acelerada no Senado após o governo editar a medida provisória, com conteúdo similar e voltada a liberar o regime privado de ferrovias no País.

Desde a edição da MP pelo governo, o Ministério da Infraestrutura já recebeu 21 requerimentos de empresas interessadas em construir e operar trilhos. Como mostrou o Estadão/Broadcast, esse plano corre o risco de ser inviabilizado, já que a MP perde sua validade nesta sexta-feira. Para continuar em vigor, Pacheco precisa autorizar a prorrogação por mais 60 dias.

A renovação sempre foi considerada importante pelo governo porque a expectativa é de que, ao fim da vigência completa da MP, de 120 dias, a Câmara já tenha aprovado o marco legal das ferrovias. Dessa forma, não existiria um vácuo na legislação, que geraria insegurança ao setor e as empresas que pediram para construir ferrovias com base na MP.

Ontem, após a publicação da reportagem, Pacheco disse que o Senado busca "compatibilização" para que haja tempo para a Câmara apreciar o projeto dos senadores, dando-se "tempo para a MP, eventualmente com sua prorrogação".

A declaração foi feita enquanto o plenário do Senado discutia se votaria ou não um projeto que pretende derrubar norma de uma portaria do governo que regulamenta a medida provisória. Ao fim, a deliberação foi adiada para amanhã, quando se espera que o ministério já tenha entrado em acordo para ajustar a portaria.

"O que o Senado busca nesse instante é compatibilização para que se dê tempo necessário para a Câmara apreciar o projeto, instrumento adequado, dá-se o tempo para MP, eventualmente com sua prorrogação, mas sob égide de portaria com outros critérios", afirmou Pacheco.

Apelo do Segmento

Na carta a Pacheco, as instituições e as empresas ressaltam que está em jogo o maior plano de expansão da malha ferroviária do País. "Sem a prorrogação da citada MP, todos os 21 requerimentos de autorização apresentados e, conseqüentemente, os mais de R\$ 90 bilhões de investimentos em novas infraestruturas ferroviárias tão essenciais para a retomada da economia e do crescimento do País perderão eficácia", dizem.

Assinam o documento quatro instituições e empresas que já solicitaram autorizações para construir trechos: VLI Multimodal, Bracell SP Celulose, Ferroeste, Bracell SP Celulose, Fazenda



Campo Grande Empreendimentos e Participações, Planalto Piauí Participações e Empreendimentos, Macro Desenvolvimento e Petrocity Ferrovias.

Nos bastidores, a informação é de que Pacheco, cuja família tem negócios ligados ao transporte de passageiros por ônibus, teria ficado incomodado com as ações do governo e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), voltadas à abertura de novos trechos e empresas no segmento.

Na semana passada, a ANTT iniciou a análise dos primeiros pedidos da empresa VLI, companhia de logística que tem a mineradora Vale como sócia majoritária. O julgamento dos pedidos foi suspenso devido a um pedido de vista de 15 dias apresentado pelo diretor da agência Guilherme Sampaio. Em julho, Sampaio assumiu o posto na diretoria da ANTT, após uma articulação encampada por Rodrigo Pacheco.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/10/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

LEILÕES DE INFRAESTRUTURA ATRAEM PESOS-PESADOS

Haverá disputa na Dutra, BR-381 e nos terminais em Santos

Por Daniel Rittner – Iniciou sua carreira no Valor como trainee em 2000. Foi correspondente na Argentina e atualmente é repórter especial e trabalha na sucursal de Brasília

Ecorodovias e CCR entregaram ontem, na B3, seus lances para a relicitação da Via Dutra (Rio-São Paulo). As duas empresas vão competir, na sexta-feira, pelo novo contrato da principal concessão rodoviária do país.

O desconto oferecido sobre a tarifa-teto de pedágio tem um limite de 15%. O governo avalia que ambas vão chegar a esse percentual e entrar na segunda rodada da disputa, que definirá o vencedor pelo pagamento da maior outorga. Para a CCR, está em jogo manter sua concessão mais nobre. Para a Ecorodovias, roubar o “filé mignon” de sua maior concorrente. Dessa briga, depois de amanhã, vai emergir a líder do mercado rodoviário.

Haverá disputa na Dutra, BR-381 e nos terminais em Santos

Foi uma estratégia do governo ter a relicitação da rodovia, que exigirá aportes de quase R\$ 15 bilhões, antes dos demais leilões no setor. Por quê? O capital imobilizado no contrato da Dutra, que terá uma nova pista na Serra das Araras e a modernização da BR-101 (Rio-Santos) como exigência adicional, é tão grande que provavelmente afastará o grupo vencedor de outras disputas. Quem ganhar o certame agora leva o ativo mais cobiçado entre todas as estradas oferecidas. Quem perder fica livre para entrar pesado nos próximos certames.

Os últimos leilões de rodovias têm atraído poucos estrangeiros. A CCR e a Ecorodovias, além de pequenas empresas regionais que formaram consórcios em casos específicos, vêm sendo a salvação da lavoura. Por isso, havia preocupação quanto à sequência das licitações. Mas há sinais bem positivos. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, deve adiar por algumas semanas o leilão da BR-381/262 – entre Minas Gerais e Espírito Santo – por causa do pedido de grupos interessados que querem mais tempo para fazer o cálculo de seus lances. Ele está marcado para 25 de novembro. O fundo Pátria, além das espanholas Sacyr e Acciona, foram ao governo deixando claro que esse prazo adicional é para refinarem suas propostas. A CCR,



dependendo do que acontecer na Dutra, também quer entrar. O contrato prevê investimentos de R\$ 7,3 bilhões e duplicação integral da chamada “Rodovia da Morte”.

Com as indicações de que o leilão da BR-381/262 será bem-sucedido, o foco do ministério se volta para as Rodovias do Paraná, um conjunto de seis lotes de estradas federais e estaduais que somam 3.368 km e vão requerer R\$ 43 bilhões em aportes privados. De forma surpreendente para o próprio Tarcísio e equipe, essas rodovias foram objeto de forte interesse no “road show” que fizeram em Nova York e teriam entrado na lista “top 5” entre ativos dos logísticos no Brasil.

Um dos investidores que mais prometeram estudar as rodovias foi o fundo australiano Macquarie Asset Management, que tem US\$ 562 bilhões em ativos por 22 países – mas nada aqui. Em concessões de infraestrutura, o histórico de demanda é valioso, por diminuir riscos associados a estimativas errôneas. Esse aspecto joga a favor da relicitação no Paraná.

Passando para portos, o governo agendou para 19 de novembro o leilão de dois terminais voltados para graneis líquidos (combustíveis) em Santos, o STS 08 e o STS 08A. Será o maior arrendamento portuário da história, com investimento de quase R\$ 1 bilhão em expansão da capacidade. Também para essa disputa, as sinalizações são ótimas. Raízen, Santos Brasil, Cattalini / Spolt, Ultracargo, Ageo e Transpetro podem oferecer propostas. Há chance zero de “vazio” (um leilão sem ofertas).

Pesos-pesados do setor já estão de olho também no leilão do STS 10, o novo superterminal de contêineres em Santos, que será licitado só em 2022. China Merchantes, a filipina ICTSI e a PSA (Port of Singapore Authority) estão de olho. Santos Brasil e BTP, que brigam pela liderança no porto, não querem perder a chance de crescer. As sócias da BTP – APM Terminals (subsidiária da dinamarquesa Maersk) e a suíça TIL – também cogitam participar sozinhas.

Por incrível que pareça, há dúvidas em torno de dois ativos normalmente tidos como “joias da coroa”. No caso do aeroporto Santos Dumont (RJ), a visão do governo federal colide com os planos do Estado e da prefeitura, o que provoca insegurança nos investidores. Em Congonhas (SP), consultores alertam que o cenário mudou. Ninguém sabe se o ritmo das viagens corporativas algum dia voltará aos patamares pré-pandemia. O Zoom veio para ficar. Com mais e-commerce e o receio de circular em ambientes fechados, também por causa da covid-19, haverá menos apelo nos “aeroshoppings”. Além dos blocos capitaneados por Santos Dumont e Congonhas, o governo leiloará juntos os aeroportos de Belém e Macapá. Para esses dois, o mercado aposta na francesa Vinci, que já arrematou neste ano os terminais da região Norte, incluindo Manaus. “Não precisa nem fazer leilão”, diz uma fonte.

Bobos somos nós

A MP 1.055, medida provisória da crise hídrica, não deve mais ser votada no Congresso e com isso perderá validade no dia 7 de novembro. A recuperação dos reservatórios nas últimas semanas amenizou o risco de blecautes e tira um pouco da urgência de decisões tomadas pela “Câmara do Apagão”, apelido da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão da Crise Hidroenergética (Creg), criada pela MP. De mais a mais, outra medida provisória pode ser editada com a virada do ano legislativo, se for necessário.

Houve intensa articulação de associações da indústria, do Ministério da Economia e até do Tribunal de Contas da União (TCU) contra uma emenda introduzida pela Câmara dos Deputados que repassaria a conta de construir gasodutos em todo o país para a tarifa dos consumidores de energia. Uma fatura em torno de R\$ 33 bilhões para levar gás natural até localidades do país onde o insumo hoje não chega. Seria o desfecho perfeito, para a turma que gosta de socializar custos e embolsar benefícios, de outro “jabuti”: a exigência de novas usinas térmicas no Norte, Centro-Oeste e Nordeste como contrapartida à privatização da Eletrobras. Falta justamente o combustível para viabilizá-las.

Agora, diante da tentativa de empurrar para a sociedade mais um gasto bilionário, preferiram ver a MP caducar. Dizem por aí que a esperteza, quando é muita, engole o dono. Quem dera. Bobos somos nós. O Centrão – aliado a um empresário conhecido pela defesa dos gasodutos – só vai esperar o próximo projeto de lei ou medida provisória sobre energia para atacar novamente. Por ora, devemos um chope a São Pedro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/10/2021

MAIOR EMPRESA DE FRETE MARÍTIMO DA CHINA, COSCO AMPLIA PARA 67% SUA FATIA NO PORTO DE PIREU

O investimento dá à empresa o controle sobre um importante elo no projeto de infraestrutura Belt and Road Initiative (BRI, ou Rota da Seda) administrado pela China.

Por Nikkei Asia — Dalian (China)

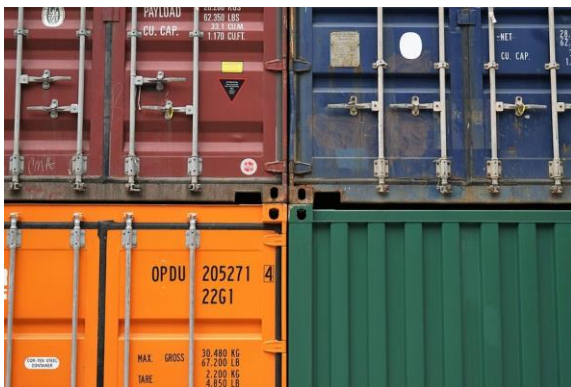


Foto: Pixabay

A estatal China Cosco Shipping, a maior empresa de frete marítimo da China, aumentou sua participação no capital do maior porto da Grécia para 67%, o que dá à empresa o controle sobre um importante elo no projeto de infraestrutura Belt and Road Initiative (BRI, ou Rota da Seda) administrado pela China.

Um evento foi realizado na segunda-feira para marcar a conclusão da transferência para a Cosco de uma participação adicional de 16% no porto de

Pireu, no Mar Mediterrâneo, um centro de navios porta-contêineres para a Europa, Oriente Médio e Norte da África.

A Cosco diz que o envolvimento da China no Pireu ajudou no desenvolvimento do porto, citando o aumento do tráfego de contêineres. Mas a presença chinesa continua controversa, tanto entre os locais que acusam a Cosco de não cumprir suas obrigações, quanto entre países como os Estados Unidos, que expressaram preocupação com possíveis usos militares.

A Cosco adquiriu uma participação de 51% na operadora Piraeus Port Authority em 2016 por cerca de 280 milhões de euros (US\$ 326 milhões a taxas atuais). A companhia não deu detalhes sobre o investimento adicional.

Com a segunda fase de aquisição de ações, o transportador expandirá sua receita e lançará novas rotas de transporte para transformar o porto em um centro de distribuição de logística regional, disse o presidente Xu Lirong, de acordo com um anúncio na segunda-feira.

“A empresa pretende ajudar o porto de Pireu a fortalecer sua posição como um importante entreposto no Mediterrâneo e se tornar uma importante ponte de civilização, economia e amizade entre a China e a Grécia sob a Belt and Road Initiative”, disse o comunicado.

O acordo de 2016 estipulava que a Cosco receberia a participação adicional apenas se concluísse os investimentos no porto no valor de 300 milhões de euros até 2021. A lista de projetos prometidos incluía a ampliação da capacidade dos navios de cruzeiro e o incremento da infraestrutura de construção naval, mas a maioria permanece incompleta, informou o jornal inglês “Financial Times”.

O lado chinês culpa a burocracia grega e a resistência local. Os residentes do Pireu entraram com ações judiciais acusando a Cosco de não seguir os protocolos ambientais e de prejudicar o meio ambiente marinho local, informou o jornal.

Até o fim de junho, a Cosco havia investido em 36 portos em todo o mundo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/10/2021

TRANSHYDROGEN ALLIANCE ASSINA MEMORANDO COM GOVERNO DO CEARÁ PARA PRODUZIR HIDROGÊNIO VERDE

A previsão de investimentos total é de US\$ 2 bilhões

Por Marina Falcão, Valor — Recife



Foto : Reprodução/site

O consórcio Transhydrogen Alliance, formado pelas empresas Proton Ventures, Trammo, Global Energy e Varo, assinou um memorando de entendimentos com o governo do Ceará para produzir hidrogênio verde (H2V) no Porto do Pecém, na região

metropolitana de Fortaleza. A previsão de investimentos total é de US\$ 2 bilhões. O compromisso foi firmado em Roterdã, na Holanda, com presença do governador do Estado Camilo Santana (PT).

Trata-se do décimo primeiro memorando de entendimentos firmado com o governo estadual para produção do combustível limpo, que é uma das principais apostas do setor energético para substituir combustíveis fósseis. Na terça-feira, a francesa Engie também formalizou intenção de investir em H2V no Ceará.

O consórcio Transhydrogen Alliance vislumbra produzir 500 mil toneladas de H2V por ano, que equivalem a 2,5 milhões de toneladas de amônia verde, com objetivo de exportação para Europa.

Produzido a partir da eletrólise da água, o H2V ainda não é produzido em grande escala. Para fechar, a equação dos projetos precisa de energia renovável (eólica e solar, principalmente) barata para abastecer as plantas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/10/2021

KEPLER WEBER: LUCRO LÍQUIDO CRESCEU 78,7% NO TERCEIRO TRIMESTRE

Ganhos da empresa no período somaram R\$ 41,1 milhões

Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo

Com ajuda do câmbio e das boas margens dos produtores das grandes cadeias do agronegócio brasileiro, a Kepler Weber viu sua receita líquida bater recorde para terceiros trimestres e alcançar R\$ 330,5 milhões de julho a setembro, 63,9% a mais que no mesmo período de 2020. Nos nove primeiros meses de 2021, a receita somou R\$ 809,3 milhões, um aumento de 91,3% em relação a igual intervalo do ano passado. No trimestre, o lucro líquido da companhia cresceu 78,7%, para R\$ 41,1 milhões.

O resultado operacional da companhia foi também o maior da história. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado atingiu R\$ 63,3 milhões no terceiro trimestre, 64,4% a mais que no mesmo período de 2020. A margem Ebitda ajustada subiu de 19,1% para 19,2% na comparação.

“Um conjunto de fatores nos permitiram esse resultado, com destaque para câmbio favorável, valorização das commodities, carteira de clientes renovada e êxito na gestão dos aumentos dos custos das matérias primas”, disse ao Valor o CEO da companhia, Piero Abbondi.

Além da alta dos preços em dólar no mercado internacional, a valorização da moeda americana em relação ao real colaborou para inflar a renda média dos produtores rurais das cadeias exportadoras, o que motivou novos investimentos. O câmbio também tornou as exportações da empresa mais competitivas, embora tenha elevado o custo de compra das matérias-primas.

“O aço é responsável por 50% do nosso custo variável e sofreu forte elevação de preços no início de 2020 e no começo deste ano. Agora parece estar se estabilizando”, afirmou Tadeu Vino, superintendente comercial e de marketing da Kepler Weber. Em função desse cenário de maior estabilidade do aço e diante da nova queda do real ante o dólar, é provável que a empresa feche o ano com resultados recorde.



Piero Abbondi, CEO da Kepler Weber — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Por áreas de negócios, o segmento de armazenagem e pós-colheita — responsável por 70% do faturamento da companhia — registrou aumento na receita líquida de 100,9% na comparação com o terceiro trimestre de 2020, para R\$ 245,9 milhões. Em nove meses, o avanço foi de 129%, para R\$ 592,5 milhões.

Na área de reposição e serviços, a companhia contabilizou receita líquida trimestral de R\$ 47,9 milhões, um aumento de 93,2%. De janeiro a setembro, o montante chegou a R\$ 116,9 milhões, 83% mais. “Quando crescem os projetos, é natural que também aumentem as receitas com serviços. Foi o que aconteceu”, afirmou Vino.

O segmento de negócios Internacionais, por sua vez, teve uma queda de 33,6% na receita na comparação anual, para R\$ 35,7 milhões no terceiro trimestre. No acumulado do exercício, porém, ainda houve incremento de 5,2% positivo, para R\$ 86,5 milhões.

queda na comparação entre os trimestres se deve, em boa medida, à entrega de um projeto portuário no Peru no terceiro trimestre de 2020, que impulsionou o faturamento. Atualmente, a Kepler Weber direciona esforços para ampliar negócios o mercado onde atua, principalmente na África Subsariana e Eurásia.

Na área de Movimentação de Granéis Sólidos (Portos, Terminais e Agroindústrias), a receita líquida aumentou 57,5%, para R\$ 1 milhão. Apesar do número ser bem expressivo, a empresa destaca que os projetos do setor são muito grandes e por isso há oscilações importantes de um trimestre para outro

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/10/2021

CONSULTA PARA PRIVATIZAR PORTO DE SANTOSSAI NESTE ANO, REAFIRMA TARCÍSIO

Outro porto que está na mira para ser privatizado é o de Itajaí, em Santa Catarina, que deve receber mais R\$ 2,8 bilhões em investimentos, segundo o ministro da Infraestrutura

Por Agência Brasil — Brasília



O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse nesta quarta-feira (27) que os estudos para definição do modelo de privatização do Porto de Santos, no litoral paulista, estão perto da conclusão, e uma consulta pública sobre a desestatização deve ocorrer ainda neste ano.

Porto de Santos: vencedora do leilão deverá aplicar em torno de R\$ 16 bilhões para aprimorar a infraestrutura — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

“Acredito que agora no final do mês de novembro ou início do mês de dezembro estamos soltando os documentos para audiência pública”, disse Freitas, durante um seminário online sobre agronegócio, promovido pelo banco BTG Pactual. O modelo para privatização do porto é preparado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/10/2021

AMÉRICA DO NORTE DEVE CONTINUAR A PUXAR RESULTADOS DA MARFRIG, MAS CENÁRIO MELHORA NA AMÉRICA DO SUL

Embora a demanda continue fraca, aumento da oferta de gado em Brasil e Argentina tende a elevar margens

Por Fernando Lopes e José Florentino, Valor — São Paulo

Embora a boa fase das operações nos EUA perdure e a controlada americana National Beef deva continuar a puxar os resultados da brasileira Marfrig neste quarto trimestre, o cenário começou a melhorar também na América do Sul, a partir do progressivo aumento da oferta de gado no Brasil e na Argentina.



Marcos Molina, controlador da Marfrig — Foto: Silvia Costanti / Valor

No terceiro trimestre, os recortes registrados pela National Beef turbinaram os resultados consolidados da Marfrig. O lucro líquido da companhia cresceu 148,7% em relação ao mesmo período de 2020, para quase R\$ 1,7 bilhão, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado aumentou 115,6%, para R\$ 4,7 bilhões, a margem Ebitda ajustada subiu 7 pontos, para 20%, e a receita líquida total chegou a R\$ 23,6 bilhões, com

alta de 40,4%.

América do Norte

Graças à National Beef, na América do Norte o Ebitda ajustado avançou 159,4%, para R\$ 4,5 bilhões (95% do total), o lucro bruto foi de R\$ 4,8 bilhões (US\$ 926 milhões), 146,4% maior que entre julho e setembro de 2020, e a receita líquida cresceu 38,9%, para R\$ 16,7 bilhões (US\$ 3,2 bilhões).

Segundo Tim Klein, CEO da National Beef, na América do Norte o terceiro trimestre é historicamente o mais forte do ano, mas em 2021 o aumento sazonal da demanda veio acompanhado de um aumento de preços no próprio mercado americano e em países para os quais a National Beef exporta, como Japão e Coreia do Sul.



“Os fundamentos continuam a nosso favor nos EUA”, disse Tim Klein, CEO da National Beef, na teleconferência. Ou seja, esclareceu, a oferta de gado continua confortável e a demanda ainda é “robusta”, combinação que já vem engordando os resultados consolidados da Marfrig desde o ano passado. Assim, reforçou, as margens operacionais tendem a continuar atraentes.

América do Sul

Enquanto na América do Norte o quadro favorável perdura, na América do Sul a situação começou a mudar, para melhor. Embora a demanda por carne bovina continue frágil por causa de problemas econômicos derivados da pandemia, o food service começou a reagir, sobretudo no Brasil, e a oferta brasileira e argentina de gado já é crescente, o que pressiona as cotações do boi gordo.

No terceiro trimestre, a receita líquida sul-americana da Marfrig aumentou 44,1% na comparação com o mesmo período de 2020, para R\$ 6,9 bilhões, e, embora o aumento de custos ainda tenha pressionado, houve lucro bruto de R\$ 571 milhões e a margem bruta atingiu 8,3%. As exportações representaram 62% da receita total na América do Sul entre julho e setembro, e China e Hong Kong responderam por 64% dos embarques.

Segundo Miguel Gularte, CEO da Marfrig, a suspensão das exportações brasileiras de carne bovina à China no início de setembro, em decorrência da confirmação de dois casos atípicos do mal da “vaca louca” no país (em Minas Gerais e Mato Grosso), não gerou impactos significativos nos resultados do terceiro trimestre porque havia cargas estocadas em portos e também por causa de um redirecionamento para o Uruguai, de onde a companhia ampliou as vendas.

a expectativa é que a China ao menos comece a reabrir as portas para a carne do Brasil nos próximos dias, a tendência é que o arranjo exportador da Marfrig também se normalize. Certamente será uma boa notícia, até porque, embora o cenário tenha melhorado no Brasil do ponto de vista de margens, o consumo per capita continua em níveis baixíssimos devido à recessão econômica — e, conforme Gularte, não deverá haver aumento significativo nem neste quarto trimestre nem entre janeiro e março de 2022.

Enquanto espera a volta da China e tenta melhorar a performance das exportações a partir do Brasil para outros mercados — a demanda na Europa, por exemplo, está em alta —, a Marfrig também continua buscando reduzir custos e balanceando seus abates, que diminuiram 30% no país em meio à crise. Também na América do Sul, a companhia informou que começará a construir sua planta no Paraguai no primeiro trimestre de 2022, e que as obras deverão durar 18 meses

Investimentos na BRF

Ainda durante a teleconferência, os executivos da Marfrig voltaram a garantir que, embora a companhia tenha elevado recentemente sua participação na BRF para 31,9%, o investimento na dona das marcas Sadia e Perdigão é “passivo”, como voltou a afirmar o controlador Marcos Molina. Tang David, vice-presidente de finanças da Marfrig, deixou claro que o aumento da participação não chegará à fronteira de uma poison pill (33,3%).

Os executivos da companhia ainda destacaram na teleconferência que, em meio aos bons resultados na América do Norte e aos desafios na América do Sul — onde os esforços para garantir a sustentabilidade da produção continuam —, seu índice de alavancagem, atingiu o menor nível da história no terceiro trimestre deste ano. Em reais, o índice ficou em 1,10x, e em dólar ficou em 1,07x. O fluxo de caixa livre avançou 134,1% em relação ao mesmo período do ano passado e alcançou R\$ 3,8 bilhões. Segundo Tang, o caixa é suficiente para cobrir dívidas até 2026.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/10/2021

ARMAZENAMENTO ATRAI FABRICANTES DE EQUIPAMENTOS

Tecnologia evita interrupções no fornecimento e permite reservar energia para momentos de baixa geração

Por Sérgio Ruck Bueno — Para o Valor, Porto Alegre



Johann, da WEG: vendas de sistemas de armazenamento em baterias devem dobrar este ano em relação a 2020 — Foto: Divulgação

Investimentos e projetos para melhorar o aproveitamento de fontes renováveis intermitentes, em especial a eólica e a solar, e para reduzir a vulnerabilidade do setor elétrico a crises hídricas como a que o Brasil enfrenta atualmente começam lentamente a colocar o país no mapa mundial dos sistemas de armazenamento de energia. A lista de empresas

que apostam nesse caminho é grande e inclui geradoras e distribuidoras como Engie e CPFL, fabricantes de equipamentos como Baterias Moura e WEG e grandes consumidores como a Vale.

Segundo os presidentes da Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade da Energia (Abaque), Carlos Brandão, e do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o país ainda está “engatinhando” na área, mas ambos veem possibilidade de forte expansão nos próximos anos. Conforme Brandão, o potencial de capacidade somente do lado dos consumidores de todos os portes ultrapassa 95 GWh (gigawatts/hora) até 2024, ante apenas 5 a 8 MWh (megawatts/hora) instalados.

A tecnologia evita interrupções no fornecimento e permite reservar energia para momentos de baixa geração ou picos de consumo, quando as tarifas são mais altas. Em todo o mundo existem hoje quase 200 GWh de capacidade de armazenamento, estima a Abaque. No Brasil, 23 projetos de pesquisa nos segmentos de geração, transmissão e distribuição aprovados em 2017 em chamada estratégica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) somam 21,6 MWh e preveem investimentos de R\$ 406 milhões em até 48 meses.

Três desses projetos são da CPFL Energia, com aportes de R\$ 65,5 milhões e instalação de baterias de íon de lítio com capacidade total de mais de 4 MWh, diz o gerente de inovação e transformação da empresa, Rafael Moya. Uma delas opera no parque eólico Campos dos Ventos, no Rio Grande do Norte, e as demais na subestação Barão Geraldo, em Campinas (SP), e em um cliente de alta tensão em Jundiaí (SP).

Segundo o executivo, a tecnologia consolida a integração das fontes solar e eólica na matriz energética e, embora os investimentos não sejam motivados pelo risco de apagão no país, “o avanço no setor é necessário para evitar cenários futuros como este”.

Também inserida no programa da Aneel, a Engie Brasil está investindo R\$ 26 milhões até o ano que vem para testar soluções que garantam maior estabilidade no fornecimento de energia intermitente, explica o gerente de gestão de renováveis da empresa, Mário Cusatis. O projeto inclui o uso de baterias de íons de lítio de grande porte (com 1 MWh) na usina eólica Tubarão e no parque solar Cidade Azul, em Santa Catarina, além de equipamentos para testes com grandes consumidores, geração fotovoltaica residencial e recarga de veículos elétricos.

Na indústria de equipamentos, o movimento reflete na WEG Automação, com sede em Jaraguá do Sul (SC). Segundo o diretor superintendente, Manfred Peter Johann, as vendas de sistemas de armazenamento em baterias (BESS, na sigla em inglês) devem mais do que dobrar neste ano

ante 2020. A demanda é puxada principalmente pelos Estados Unidos, onde a empresa opera no segmento desde 2019, e depois pelo Brasil, onde a maioria dos projetos ainda é de pesquisa e desenvolvimento.

“O mercado de BESS tem repetido o crescimento exponencial das fontes renováveis, como aconteceu com a geração solar distribuída”, diz o executivo. Os principais clientes são as distribuidoras de energia, os investidores do setor e as empresas que prestam serviços de locação de equipamentos

A Baterias Moura, que começou a produzir sistemas BESS em 2019 em Belo Jardim (PE), vê “grande perspectiva de crescimento” no segmento a partir de 2022, diz o diretor comercial de baterias industriais, RSM e BESS, Luiz Mello. “Projeções apontam que em três anos o mercado deve ter mais de 1 GWh de capacidade instalada”, comenta. A empresa prevê dobrar as vendas de sistemas neste ano em relação a 2020, duplicar novamente em 2022 e crescer mais de 40% ao ano nos próximos quatro anos.

Na ponta do consumo, a Vale quer colocar em operação em novembro um sistema com 10 MWh de capacidade no Terminal da Ilha Guaíba (RJ), em parceria com a Siemens e a MicroPower Comerc. Segundo o diretor de energia Ricardo Mendes, o equipamento permitirá uma economia de 20% nos gastos do porto com eletricidade.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/10/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PILONI ACREDITA QUE DESESTATIZAÇÃO DE SANTOS SERÁ CONCLUÍDA EM 2022

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 27 Outubro 2021



Arquivo/Divulgação

Secretário nacional de portos e transportes aquaviários afirmou que ano eleitoral não vai prejudicar cronograma do processo, cujo modelo deverá ser conhecido até o final de novembro.

O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Diogo Piloni, garantiu que o governo conseguirá fechar o processo de desestatização do Porto de Santos antes do final de 2022, mesmo sendo um ano eleitoral. Piloni afirmou que, exceto ajustes pontuais, os cronogramas das desestatizações do setor portuário estão sendo cumpridos. Ele contou que haverá necessidade de reprogramar em 20 dias o cronograma da desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), em relação à previsão original, mas sem prejuízos na tramitação. A expectativa, segundo Piloni, é que o modelo de desestatização santista seja tornada público até o final de novembro deste ano.

O secretário reconheceu que anos eleitorais são mais complicados, mas ressaltou que os temas estão sendo tratados de forma técnica, o que dará segurança de que haverá geração de sinergia para a movimentação de cargas. "A previsão legal da concessão existe desde a década de 1990. Temos hoje arcabouço legal suficiente para tocar os processos, independentemente de muita discussão política", disse, nesta quarta-feira (27), durante o 8º Encontro ATP — Desestatização dos Portos Organizados: Uma Visão do Setor Privado, promovido pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP).

Na ocasião, Piloni acrescentou que o único porto que está qualificado e está na 'zona de final de governo' é Santos. Segundo o secretário, São Sebastião (SP) e Itajaí (SC) estão com programação para meados do ano que vem, porém são projetos mais simples do ponto de vista de modelagem e na discussão dos editais junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). "Teremos fluidez grande dos projetos pós-Codesa, que foi um processo de aprendizado que fez com que otimizássemos seus fluxos", comentou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/10/2021

IMO REÚNE PROPOSTAS DE MÉDIO PRAZO PARA REDUÇÃO DE GEE

Da Redação NAVEGAÇÃO 27 Outubro 2021



Várias propostas de medidas de médio prazo para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), incluindo uma série de relacionadas a potenciais medidas baseadas no mercado, foram apresentadas e consideradas por um grupo de trabalho da Organização Marítima Internacional (IMO) em reunião realizada virtualmente de 18 a 22 de outubro. Mais de 350 participantes de cerca de 70 Estados-Membros participaram, bem como ONGs com estatuto consultivo junto à IMO.

O Grupo de Trabalho Intersessional sobre Redução de Emissões de GEE de Navios (ISWG-GHG 10) considerou como continuar o trabalho de avaliações de impacto e o desenvolvimento de um código obrigatório de intensidade de carbono relacionado às medidas de curto prazo. As possíveis formas de lidar com a intensa carga de trabalho relacionada à redução das emissões de GEE também foram discutidas. O relatório do grupo de trabalho será apresentado ao Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho (MEPC 77), que se reúne de 22 a 26 de novembro.

As propostas apresentadas abrangeram questões jurídicas para as medidas de médio prazo; medidas baseadas no mercado, como um imposto de GEE; um padrão de combustível de GEE; um sistema de limite e comércio de GEE; e possíveis combinações com precificação de carbono.

O plano de trabalho prevê a consideração inicial (Fase I) 2021-2022 e a avaliação e seleção (Fase II) da primavera de 2022 à primavera de 2023, com vistas a atingir as metas descritas na Estratégia Inicial de GEE.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/10/2021

MINFRA REALIZA NOVE LEILÕES PORTUÁRIOS A PARTIR DE SEXTA-FEIRA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 27 Outubro 2021

Até dezembro serão leiloados nove terminais portuários e duas rodovias, entre elas, a Dutra, já na sexta-feira (29)

Apartir da próxima sexta-feira (29), o Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura (MInfra), dá a largada para a Super Infra, uma nova temporada de leilões. O objetivo é atrair cerca de R\$ 23,5 bilhões em investimentos privados ao setor de transportes. Até o fim de dezembro, serão 11 leilões: dois rodoviários e nove arrendamentos portuários.

Abre a Super Infra, em 29 de outubro, o maior leilão rodoviário da história: o da nova concessão da Rodovia Dutra (BR-116/SP/RJ), desta vez, em conjunto com a rodovia Rio-Santos (BR-101/SP/RJ). No total, estão previstos quase R\$ 15 bilhões em investimentos para transformar a rodovia que liga as duas maiores regiões metropolitanas do país. São mais de 600 quilômetros de

faixas adicionais para ampliação de capacidade, 80 de duplicação (no RJ), 144 de vias marginais e a construção de mais de centenas de estruturas operacionais.

Na sequência da Super Infra ocorrem os leilões de nove arrendamentos portuários, divididos em duas datas. O primeiro, em 5 de novembro, terá três terminais na região Nordeste, superando R\$ 300 milhões em investimentos.

No Rio Grande do Norte, uma área de mais de 35 mil metros quadrados (TERSAB) destinado à movimentação de sal marinho no Terminal Salineiro de Areia Branca. Em Alagoas, o pleito será por um espaço de 71 mil metros quadrados (MAC13) destinado à movimentação e armazenagem de açúcar no Porto de Maceió. E no Ceará, uma área de 25,6 mil metros quadrados (MUC59) para a movimentação e armazenagem de combustíveis no Porto do Mucuripe.

SANTOS – Duas semanas depois será a vez do maior leilão portuário da história. Em 19 de novembro, serão leiloadas duas importantes áreas destinadas a combustíveis no Porto de Santos (STS08 e STS08A), somando quase R\$ 1 bilhão em investimentos em uma área total de cerca de 450 mil metros quadrados.

Atualmente, a área operada pela Transpetro atua como reguladora do estoque da produção de derivados da Petrobras, realizando atividades como: transferência e recebimento de produtos de embarcações, abastecimento de bunker nas embarcações atracadas no Complexo, embarque dos produtos das refinarias e envio de GLP para as empresas distribuidoras localizadas na Região Sudeste e Centro Oeste.

No mesmo dia, outros quatro terminais portuários vão a leilão, mais R\$ 138 milhões a serem injetados pela iniciativa privada. Um na Paraíba, para armazenagem de granito no Porto do Cabedelo (AE14); um em Santa Catarina, destinado a granéis líquidos no Porto de Imbituba (IMB05); um no Rio de Janeiro, voltado para granéis minerais sólidos no Porto de Itaguaí (ITG03); e outro no Rio Grande do Sul, destinado a granéis sólidos vegetais no porto de Porto Alegre (POA01).

RODOVIAS – Para fechar o Super Infra em grande estilo acontece outro importante leilão rodoviário: o das rodovias BRs-381/262/MG/ES. Um total de mais R\$ 7 bilhões de investimentos para colocar fim aos pontos críticos de uma das rodovias mais perigosas do país. Um projeto que atraiu tanto o interesse de investidores que obrigou o Governo Federal a esticar o cronograma até o pleito que acontecerá dia 20 de dezembro.

A concessão abrange mais de 670 quilômetros de pistas, com a duplicação de 402 quilômetros e outros 360 de faixas adicionais e vias marginais, além de centenas de retornos, correções de traçado e passarelas, para atender diferentes setores de Minas Gerais – inclusive a região do Vale do Aço – e Espírito Santo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 27/10/2021

MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES POR EBNS CRESCE 21,5% NO 3T2021

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 27 Outubro 2021

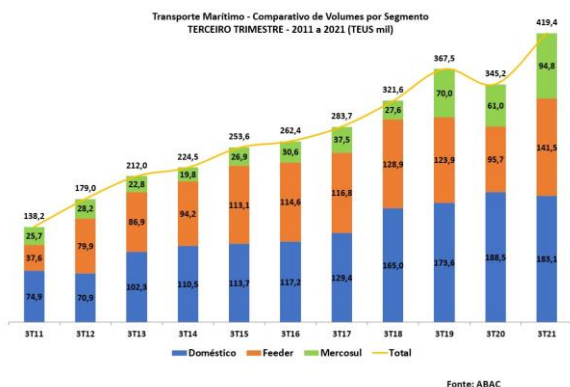


Arquivo

Levantamento da Abac apontou que dados das operações de cabotagem, feeder e do segmento Mercosul, entre julho e setembro, indicam que modal doméstico já se recupera da queda registrada em 2020 influenciada pela pandemia.

O transporte de contêineres pela costa brasileira cresceu 21,5% no terceiro trimestre, na comparação com o mesmo

período do ano passado e superou a marca de um milhão de TEUs no acumulado dos nove primeiros meses do ano. O balanço leva em conta operações de cabotagem doméstica, feeder e do segmento doméstico realizadas por empresas brasileiras de navegação (EBNs). Desse total, 900 mil TEUs correspondem ao transporte de cabotagem. No terceiro trimestre, a movimentação total ficou em 419,4 mil TEUs, ante 345,2 mil TEUs em igual período do ano anterior.

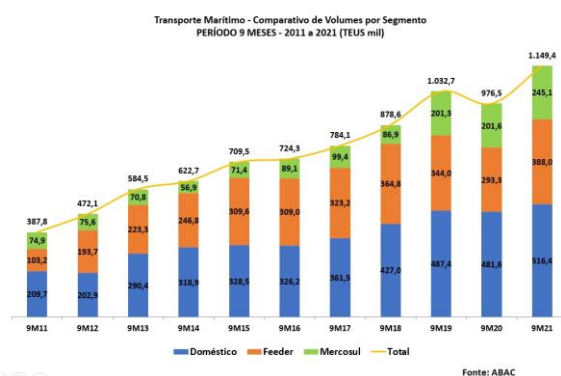


Nesses três meses, o feeder saltou de 95,7 mil TEUs para 141,5 mil TEUs. Já o transporte pelo Mercosul subiu de 61 mil TEUs para 94,8 mil TEUs. No mercado doméstico, houve queda em relação ao terceiro trimestre de 2020: de 188,5 mil TEUs para 183,1 mil TEUs, na mesma base de comparação.

contenedores-3t2021-abac.jpg

que os dados de julho a setembro deste ano mostram que o mercado da cabotagem já se recupera de uma ligeira queda registrada em 2020 influenciada pelos efeitos da pandemia, e já retoma o crescimento regular que vinha tendo nos anos anteriores.

O levantamento é da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac), que apontou



O diretor-executivo da Abac, Luis Fernando Resano, destacou que o aumento de 21,5% nesse último trimestre em relação ao ano passado foi fortemente puxado pelas cargas feeder, que subiram 47,9% em relação a 2020, e pelo segmento 'Mercosul', que registrou alta de 55,4%. "No mercado doméstico, houve uma redução de 2,8%, certamente por causa da retração da economia", explicou Resano.

contenedores-9m-2021-abac.jpg

Ele acrescentou que, no acumulado dos nove primeiros meses do ano, a movimentação total subiu 17,7%, sendo que o crescimento do mercado doméstico apresentou alta de 7,2%, enquanto o feeder avançou 47,9% e o Mercosul 21,5%. A consolidação da movimentação de contêineres pela Abac é realizada a partir dos números enviados pelos associados.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
 Data: 27/10/2021

CONTÊINER E FERTILIZANTES DEMANDAM EXPANSÃO NO PORTO DE SANTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 27 Outubro 2021



Investimentos planejados pela SPA vão incrementar infraestrutura do Porto de Santos para operação dessas cargas

O crescimento na movimentação de contêineres no Porto de Santos continua se mantendo a dois dígitos, acumulando até setembro 3,6 milhões de TEUs, 19,6% acima do apurado nesse período em 2020 (3 milhões de TEUs) e caracterizando-se como a melhor marca já registrada no período.

Esse desempenho ocorre mesmo diante da falta de



contêineres que afeta o mercado internacional, provocada pela forte demanda que está sendo registrada nos principais portos exportadores dos Estados Unidos, Ásia e Europa.

Os fertilizantes também se destacaram, atingindo um crescimento de 28,6% no acumulado do ano (5,8 milhões de toneladas). No mês de setembro o avanço foi de 77,1% (871.104 toneladas) ante setembro de 2020.

O diretor-presidente da Santos Port Authority (SPA), Fernando Biral, ressalta a importância da implantação, na região de Outeirinhos, do novo terminal STS 53, que será dedicado à movimentação e armazenagem de grãos sólidos minerais — especialmente fertilizantes e sulfatos —, e de uma pera ferroviária que viabilizará o transporte dessa carga de retorno pelo modal ferroviário para fazer frente à trajetória de crescimento apresentada.

Biral comenta, ainda, que, em linha com a alta na movimentação de contêineres, “a SPA e o Ministério da Infraestrutura preparam o que será o maior leilão de todos já realizados no Porto de Santos, o STS 10, no Sabó, que envolverá investimentos preliminares estimados em R\$ 2,2 bilhões e capacidade para 2,5 milhões de TEUs”.

O diretor de Operações da SPA, Marcelo Ribeiro, explica que para agilizar as operações portuárias, face aos sucessivos recordes de movimentação obtidos nos últimos dois anos e as projeções de crescimento até 2040, “a autoridade portuária tem focado suas ações não só na implantação de novas infraestruturas, mas, também, na implementação de inovações tecnológicas, em busca de soluções compartilhadas para as atividades operacionais no Porto de Santos”.

Entre elas, Ribeiro destaca a implementação de norma estabelecendo diretrizes para parcerias com a comunidade portuária e agentes públicos e privados da região. “E não parou por aí. Demos os primeiros passos para implantação de rede sem fio de longo alcance (Internet das Coisas) no Porto de Santos, estratégica para otimizar a logística portuária, e a mudança de plataforma para agendamento da chegada de caminhões ao Porto, a qual conta com novas funcionalidades que melhoram o processo”, diz o diretor.

A movimentação acumulada de cargas no ano até setembro atingiu 112,8 milhões de toneladas, ficando 2,5% acima do mesmo período do ano passado. As descargas somaram 32,7 milhões de toneladas, crescimento de 14,6%, e os embarques, 80,1 milhões de toneladas, redução de 1,8%.

Além da carga containerizada e dos fertilizantes, tiveram destaque o complexo soja, com aumento de 3,1%, totalizando 27,3 milhões de toneladas; a soja em grão, com 22,0 milhões de toneladas, crescimento de 4,1%; o óleo combustível, com 28,7% e 2,0 milhões de toneladas; o óleo diesel e gasóleo, com 35% e 1,4 milhão de toneladas; e os sucos cítricos, com 15,8% e 1,8 milhão de toneladas.

Os grãos líquidos tiveram um crescimento de 0,9% sobre o acumulado nos nove primeiros meses de 2020, totalizando 13,8 milhões de toneladas, a melhor marca para esse período. Já os grãos sólidos apresentaram a segunda melhor marca para o período, apesar da queda de 5,5%, totalizando 55,7 milhões de toneladas.

O fluxo de navios reduziu em 1,6%, caracterizando a chegada a Santos de navios de maior porte com volumes maiores de carga.

Mês de Setembro – O mês apresentou redução de 2,6% na movimentação, para 11,9 milhões de toneladas. O destaque ficou para as cargas de importação, que tiveram um crescimento de 32,4%, somando 4,0 milhões de toneladas. Já as cargas de exportação apresentaram queda de 14,2%, totalizando 7,9 milhões, decorrente, principalmente, da diminuição dos embarques de açúcar.

A carga containerizada teve um bom desempenho também na movimentação mensal, crescendo 17% e somando 403,1 mil TEUs.

Transações Comerciais – O porto manteve a fatia nas transações comerciais, respondendo por 27,2% das trocas com o exterior em setembro, ligeiro acréscimo sobre o apurado em agosto (27,1%). Cerca de 26% dessas transações tiveram a China como destino. O Estado de São Paulo mantém uma participação de 56,5% nas transações comerciais com o exterior, por meio do Porto de Santos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/10/2021

EMPRESAS DO SETOR DE ÓLEO E GÁS SE UNEM PELA EQUIDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE OFFSHORE

Da Redação OFFSHORE 27 Outubro 2021



Campanha ‘O mar também é delas’ visa atrair novos talentos e tornar o trabalho nas embarcações mais acolhedor para as mulheres

As empresas Altera&Ocyan, Aker Solutions, Equinor, Ocyan, SBM Offshore, Schlumberger, Subsea7 e TotalEnergies, além do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), lançaram juntos nesta quarta-feira (27) a campanha setorial “O mar também é delas”, uma iniciativa que visa ampliar a igualdade de oportunidades para profissionais mulheres e o bem-estar para o público feminino que

trabalha embarcado em plataformas e sondas da indústria do petróleo no país. O movimento busca também estimular outras mulheres a ingressar neste segmento estratégico para a economia brasileira.

“O mar também é delas” foi inspirada em pesquisa encomendada ao Instituto Ipsos com mulheres que trabalham offshore em diversas empresas do setor.

“O estudo fez um diagnóstico sobre o que elas pensam e o resultado foi tão rico que achamos importante dar visibilidade e dividir as informações com toda a indústria para criamos um movimento coletivo para contribuir com a garantia da segurança psicológica e da equidade de oportunidades, além de promover a atração e seleção de novos talentos femininos nessa área de atuação”, contextualiza Nir Lander, vice-presidente de Pessoas e Gestão da Ocyan – “Percebemos que seria necessário seguir em um movimento conjunto e somar forças se quiséssemos ir mais longe, por isso esta campanha é aberta permanentemente a novas empresas interessadas em participar desta causa”, completa ele.

A pesquisa a que o executivo se refere traz dados importantes, 90% das mulheres ouvidas acharam fundamental criar campanhas e ações para divulgar a relevância do tema da igualdade de gênero; 87% delas pediram a criação de programas de incentivo para a contratação de mulheres no setor e pelo menos 34% disseram que por trabalhar offshore, podem inspirar outras mulheres a realizar esse tipo de atividade. Foi com base em números como esses que foi criado um site exclusivo sobre o tema com três principais enfoques: conteúdo, oportunidades e inspiração – ele será um ponto de encontro, um local de busca por informações, posições de trabalho e compartilhamento de histórias.

O IBP conta hoje com uma Comissão de Diversidade com reuniões periódicas para discussão e promoção de iniciativas sobre o tema, como esta.



“Essa iniciativa se propõe a fomentar o debate e colocar uma luz sobre a igualdade de oportunidades no ambiente offshore. A passagem das mulheres pelo operacional é importante para a ascensão de carreira dentro das empresas. Esperamos que o portal seja um ambiente para compartilhar histórias e inspirar ações que levem a mudanças no setor de O&G”, comenta Cristina Pinho, Diretora Executiva Corporativa do IBP.

Para Ana Serrano, vice-presidente sênior de subsuperfície em Tecnologia do Petróleo & Exploração da Equinor, estimular a diversidade no setor de óleo e gás é essencial. “Na Equinor, acreditamos que a diversidade estimula a inovação e a criatividade, dois elementos que consideramos vitais para moldar o futuro da energia. Por isso, temos trabalhado para atrair e motivar mais mulheres para cargos de liderança na companhia e para aumentar o número de funcionárias offshore. Tenho certeza de que “O mar também é delas” terá um papel muito importante nesta jornada rumo à equidade de gênero”, comenta a executiva.

Outra operadora que estará junta na campanha é a TotalEnergies.

“Essa iniciativa está muito alinhada com as diretrizes da TotalEnergies de promover a diversidade de nossos talentos como fator crucial para a nossa competitividade, nossa capacidade de inovação e nossa atratividade. O respeito ao próximo é um dos nossos valores fundamentais. Cultivar um ambiente de trabalho inclusivo, respeitando-se as diferenças de cada um e utilizando-se dessa riqueza para impulsionar o desempenho e a inovação, são princípios que nos guiam diariamente”, reitera Eduarda Pina, Diretora de Negócios, Desenvolvimento e Geociência da companhia.

Além das operadoras, fornecedoras também abraçam a causa. É o caso da Altera&Ocyan.

“Nosso compromisso com a equidade de gênero está em todo o processo de recursos humanos e é parte de nossa cultura. Queremos atrair e especialmente proporcionar oportunidade de desenvolvimento de carreira a esses talentos femininos. Hoje, na joint venture Altera&Ocyan contamos com um corpo de 18% de mulheres, de um efetivo total de pouco mais de 300 integrantes. Temos um caminho pela frente e este movimento setorial só reforça nossa responsabilidade em relação a esta causa”, endossa Carolina Almeida, gerente de Pessoas da Altera&Ocyan.

Outra fornecedora de óleo e gás engajada na causa é a Subsea 7.

“Sermos parceiros da campanha O Mar Também é Delas é uma grande honra para a Subsea 7. Vimos investindo em ampliar o número de mulheres em cargos offshore para que possamos ter cada vez mais olhares diversos e colaboração em diferentes níveis. A mulher cada vez mais vem conquistando oceanos de oportunidades, trazendo seu olhar amplo, sua voz e suas ações para transformar o mercado de trabalho e a Subsea 7 espera colaborar de forma ativa para promoção desta plataforma de tanto valor”, celebra Alessandra Nogueira, diretora de RH da Subsea 7.

Anna Paula Lougon, diretora de Tecnologia Brasil da Schlumberger ressalta a importância da representatividade feminina.

“O avanço da representatividade das mulheres no setor de óleo gás é perceptível, mas ainda precisamos aumentar a inserção delas nesse mercado. Representatividade é fundamental para dar conta de todos os desafios a serem enfrentados pela indústria”, destaca a executiva.

Já Jaqueline Fonseca, diretora de RH da SBM Offshore no Brasil, aponta que a iniciativa tem um objetivo muito rico e necessário, que é facilitar a conexão das mulheres com as oportunidades em grandes empresas do mercado.

“Ver mulheres conquistando espaço em um ambiente historicamente e ainda predominantemente masculino é um grande orgulho para mim como profissional, mas também como mulher que trabalha na indústria de energia, óleo e gás. Temos muito o que aprender, barreiras que precisamos romper e tabus que teremos que quebrar, mas nenhum processo de inclusão é

diferente. Exige força e força é algo que não falta em nenhuma mulher! Por isso, nós da SBM Offshore fazemos questão de abraçar a causa e dedicar a nossa energia à inclusão e à diversidade.”, ressalta ela.

A Aker Solutions é outra empresa que aderiu à campanha.

“Esta força-tarefa é uma iniciativa necessária e vem ao encontro dos nossos objetivos estratégicos para continuar construindo uma empresa mais diversa e inclusiva, promovendo oportunidades para inserção de mulheres no mercado de energia”, ressalta Andreia Maciel, VP de Recursos Humanos na Aker Solutions.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/10/2021

PLS AMEAÇAM INCENTIVOS FISCAIS PARA NAVEGAÇÃO E CONSTRUÇÃO NAVAL

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 26 Outubro 2021



Arquivo/Divulgação

Segundo Fábio Vasconcellos, do Sinconapa, eventual retirada de incentivos, principalmente o Pis/Cofins, encarecerá a construção de embarcações da frota nacional.

Dois projetos de lei no Congresso são acompanhados com cautela por agentes do setor que temem a perda de incentivos fiscais à navegação e à construção naval, em caso de sanção. O PL 2.337/2021, que aguarda a apreciação do Senado, altera a legislação do Imposto de

Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Já o PL 3.203/2021, que aguarda despacho para seguir a tramitação na Câmara dos Deputados, dispõe sobre o plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária e o encerramento de benefícios fiscais, previstos na Emenda Constitucional 109, publicada em março deste ano.

A emenda 109 institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19.

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Naval do Pará (Sinconapa), Fábio Vasconcellos, disse que os PLs possuem dispositivos que eliminam incentivos fiscais da navegação e da construção naval. Segundo Vasconcellos, a retirada de incentivos, principalmente o Pis/Cofins, encarece a construção de embarcações da frota nacional. “São iniciativas que precisamos ficar atentos para evitar que isso aconteça”, disse, na última semana, durante o 12º Seminário Internacional de Transporte e Desenvolvimento Hidroviário Interior, promovido pela Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena).

Para Vasconcellos, a vigilância é importante para evitar que sejam incluídas mudanças nos textos prejudiciais à navegação, assim como ocorreu na tramitação do PL da cabotagem (4.199/2020), no Congresso. Ele citou a redução de alíquotas do Adicional ao Frete para a “Não podemos deixar que haja um aproveitamento de alguma lacuna que pode haver na lei que prejudique a navegação interior. Falta conhecimento específico do setor pelos parlamentares na análise do assunto”, analisou.

Ele acrescentou que existem projetos de lei no Senado que defendem a abertura indiscriminada do mercado de navegação. “Temos que estar constantemente atentos, mostrando aos parlamentares como é prejudicial e que, em todos países com construção naval importante ou costa semelhante à brasileira, o mercado da navegação de cabotagem, da navegação interior e

da construção naval tem uma proteção”, disse Vasconcellos, citando que os Estados Unidos, considerado o país economicamente mais liberal do mundo, proíbem a importação de embarcações desde 1929, a partir da publicação do Jones Act.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/10/2021

WÄRTSILÄ SE COMPROMETE COM A NEUTRALIDADE DE CARBONO ATÉ 2030

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 26 Outubro 2021



A Wärtsilä anunciou nesta terça-feira (26) seu compromisso “Set for 30” para atingir metas climáticas ambiciosas. O objetivo é tornar-se neutra em carbono em suas próprias operações. E desenvolver um portfólio de produtos para combustíveis zero carbono.

A meta de neutralidade de carbono da Wärtsilä cobre as emissões diretas de gases de efeito estufa das próprias operações da empresa, incluindo as áreas de pesquisa e desenvolvimento e testes de motores de fábrica, bem como energia comprada.

Håkan Agnevall, presidente e CEO da Wärtsilä, comenta: “Essas novas e ambiciosas metas climáticas” definidas para 2030 demonstram nosso compromisso com o propósito de possibilitar sociedades sustentáveis. Nosso objetivo é apoiar os clientes em sua jornada de descarbonização, moldando assim um futuro sustentável para os setores marítimo e de energia. Nossos produtos, soluções e serviços atenderão a rigorosos requisitos ambientais. E a flexibilidade de combustível de nossos motores que acionam esses setores é a chave para possibilitar a transformação. Paralelamente, também precisamos fazer nossa parte como organização e minimizar nossa própria pegada ambiental”.

O roteiro de descarbonização da Wärtsilä é baseado em uma análise iniciada pela empresa para identificar as principais medidas para atingir a meta de neutralidade de carbono. A caixa de ferramentas inclui medidas como economia de energia, compra de eletricidade verde, troca de combustíveis, uso de tecnologias mais eficientes e uso de compensações para emissões difíceis de reduzir. Um plano de implementação detalhado e cronograma estão sendo elaborados.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/10/2021

FERNANDO SALEK, DA WILSON SONS: NOVAS POSSIBILIDADES SE ABREM

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 26 Outubro 2021



(Cauê Diniz/Divulgação B3)

Após entrada na listagem do novo mercado da B3, a Wilson Sons vislumbra oportunidade de crescer, principalmente na operação de terminais portuários e na rebocagem marítima.

Após a entrada na listagem do novo mercado da B3, a Wilson Sons vislumbra oportunidade de crescer, principalmente na operação de terminais portuários e na rebocagem marítima. A aposta principal está em

encontrar novas possibilidades em atividades em que o grupo já atua. Outra vertente de crescimento vem dos investimentos em inovação. O CEO da Wilson Sons, Fernando Salek, destacou que se abrem possibilidades com perfis diferentes, em vez de iniciativas tradicionais de infraestrutura, que são por natureza de capital intensivo.



Ele ressaltou que o foco não está no portfólio de ativos, e sim no portfólio de competências. “Usamos ativos pré-existentes trazendo mais tecnologia e combinando com competências para desenvolver novos produtos, não necessariamente pesados em intensidade de capital, mas que podem representar soluções novas e interessantes para incrementar a eficiência em alguma etapa do processo logístico ou para endereçar gargalos que existam na cadeia”, explicou Salek. Ele citou o recente investimento em uma startup israelense com tecnologia inovadora para medir dinamicamente o calado de canais e leitos.

Na operação que resultou na entrada na B3, a subsidiária brasileira da Wilson Sons incorporou a holding que ficava fora do Brasil. Nesse processo, houve a troca da listagem BDR para a listagem do novo mercado, através de ações em bolsas no Brasil. Salek contou que, por trás da simplificação dessa estrutura societária, existe o objetivo de acesso a um universo maior de investidores que não estava disponível antes com o programa de BDRs.

“Isso sugere que podemos ter aumento do volume de transações e de liquidez do papel da Wilson Sons e que haverá potencialmente correção de valor, corrigindo-o para o que consideramos mais alinhado com valor dos ativos da empresa”, detalhou. A transação abre plataforma de acesso ao mercado de equity e de dívidas do mercado de capitais que não havia anteriormente, além de elevar os padrões de governança.

Salek observa um grau de correlação importante das empresas do segmento logístico com o PIB e a taxa de crescimento da economia e com o grau de abertura e intensidade do fluxo internacional de comércio. Para o executivo, existe alinhamento de interesses entre segmento e país, o que faz com que os agentes busquem o crescimento econômico como alavanca para geração de resultado e de valor. “Esse talvez seja o grande risco para o segmento: não conseguir realizar potencial de crescimento ao longo do tempo”, analisou.

Entre os destaques do grupo, nos últimos dois anos, estão as operações de apoio portuário, que respondem pelo maior share de receita e ebitda do grupo e pelos terminais de contêiner de Rio Grande (RS) e Salvador (BA). Na Bahia, a empresa concluiu no começo do ano cerca de R\$ 500 milhões de investimentos na ampliação do cais do Tecon Salvador, para o qual a companhia deposita expectativa de crescimento ao longo dos próximos anos. Os dois terminais foram homologados para recepção de navios com 366 metros de comprimento, que ainda não escalam a costa brasileira.

“Tivemos a pandemia cobrindo boa parte desse período, mas mantemos resiliência dos negócios, em especial nesses dois elementos do nosso portfólio”, avaliou Salek. Em contrapartida, os negócios que sofreram um pouco mais foram associados ao setor de petróleo e gás, em referência às bases de apoio offshore e embarcações de apoio marítimo. O executivo ressaltou que o processo de recuperação do segmento foi adiado, mas começa agora a mostrar sinais de recuperação.

Em relação aos estaleiros, Salek frisou que a frota com mais de 100 embarcações da companhia garante um fluxo de docagens e um nível de atividade razoável das instalações, que também conseguem atender terceiros e, eventualmente, a construção de novos equipamentos e embarcações, substituindo unidades no fim de vida. “Nossos estaleiros têm certo nível de atividade. A maior parte do tempo nos atende, mas fazemos trabalho para terceiros. Não somos tão dependentes do nível de atividade de construção naval quanto os demais estaleiros que tenham esse nível de atividade interna”, afirmou. Ele acrescentou que a sobrevivência dos estaleiros do grupo não depende diretamente da participação em processos como os da Marinha, mas são de grande interesse para o incremento do negócio de construção naval.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 169/2021
Página 53 de 53
Data: 27/10/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006